

Classificados

anuncios2@oparana.com.br

1 - O Paraná Sexta-feira, 17/3/2023

Veículos Diversos

VERSA 1.6 SV FLEX

2016, prata, 47 mil Km, 4 pneus novos, completo, higienizado e espelhado. Impecável. R\$ 48.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-206971.

Importados

BMW 32 0I 2012

Preta, gasolina, 70 mil km, interior em couro caramelo, 4 pneus Goodyear novos, luxuosa, completa, higienizada e espelhada. Impecável. R\$ 72.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-206967.

JEEP COMPASS LIMITED

2.0, 16V 4x2, 2018, preto, flex, automático, luxuoso, completo, higienizado, espelhado, impecável. R\$ 130.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-206966.

MERCEDES C200

Avantgarde 1.8 16V, 184 cv, 2011, prata, 4 pneus Goodyear novos, luxuosa, completa, higienizada e espelhada. Impecável. R\$ 73.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-206968.



CAPTIVA SPORT

16V, 185cv, 2010, prata, bancos em couro, luxuosa, completa, higienizada e espelhada. Impecável. R\$ 40.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-206973.

CAPTIVA SPORT 2.4

16V, 185cv, 2014, azul, bancos em couro, luxuosa, completa, higienizada e espelhada. Impecável. R\$ 59.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-206972.

OMEGA CD 3.6

V6, 24V, 255cv, 2005, prata, luxuoso, completo, higienizado e espelhado. Impecável. R\$ 30.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-206970.

OMEGA CD 3.6 BLINDAD

Blindado, 2005, prata, luxuoso, completo, higienizado, espelhado, impecável. R\$ 30.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-206974.

OMEGA FITTIPALDI 3.6

V6, 24V, 258cv, blindado, 2008, preto, gasolina, luxuoso, completo, higienizado e espelhado. Impecável. R\$ 40.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-206969.



RANGER XLS 2.2 4X4

2018, prata, diesel, cabine dupla, automática, capota marítima, protetor de caçamba, engate removível, som, pneus novos, higienizada e espelhada. Impecável. R\$ 185.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-206965.

Apartamentos

IMOBILIÁRIA PARANHOS

Vende Apto. Res. Cascavel, Rua Francisco Bartini, térreo, 3 quartos e demais dependências, reformado com cozinha planejada, interfone, cerca elétrica, garagem coberta, R\$ 230.000,00, poderá ficar locado. F: (45) 99155-6699 CRECI J07222. CI-206958.

WILLIAN VENDE

Vende Apartamento no coqueiral sendo um condomínio com poucas unidades para quem gosta de tranquilidade, muito bem localizado, a poucos metros da Av. Brasil, próximo a Prefeitura, Rodoviária, mercados, farmácias, clínicas, etc. Apartamentos com 3 tamanhos e 3 Layout. Opção 01: Área total de 92m² com 82m² privativo por apenas 380.000,00 mil. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-206993.

WILLIAN VENDE

Vende apart. no São Cristóvão, com 2 quartos, mais dependências, churrasqueira na sacada, com total de 71m² área total, sendo 58m² área privativa por apenas 210 mil. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-206988.

WILLIAN VENDE

Vende apart. no Park Vitória, sendo com 2 quartos, mais dependências no pavimento térreo, medindo total de 55,14m², por R\$ 150.000,00, podendo ser negociado veículo como parte de pagamento, financiamento, cartão de crédito, soja, etc. Contato: Willian Serafim CRECI 19806f. CI-206986.

Casas

VENDE-SE

Casa no bairro Brasmadeira, 02 quartos, sala, cozinha, banheiro e lavanderia nos fundos. R\$ 140.000. Bem localizada. Fone (45) 9 9949-5389. CI-207098.

VENDE-SE CASA

Casa na Rua Castro Alves, 2706, Centro, Cascavel-PR. Lote 262m² e casa 130m². R\$ 600.000 F: (45) 99968-9981 ou (45) 99123-1163. CI-207083.

WILLIAN VENDE

Vende sobrado com 3 suítes, com sacada, mais dependências, garagem coberta para 1 carro, sendo que tem espaço para mais de 4 carros, imóvel localizado na esquina, frente para 2 ruas, por apenas 650 mil. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-206991.

WILLIAN VENDE

Vende ou troca casa no Santo Onofre com 70m², 3 quartos, mais dependências, terreno de esquina medindo 15x15 sol da manha, por apenas 350 mil, aceita TROCA como parte de pagamento, preferência terreno. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-206995.

WILLIAN VENDE

Vende sobrado no Alto Alegre, com área construída de aprox. 120 m², piso superior: uma suíte e dois quartos, sacada e espaço para pequeno escritório piso inferior sala, cozinha, lavanderia, espaço para elevador, garagem coberta sendo uma vaga (mais espaço disponível não coberto para duas vagas) com alguns móveis sob medida e sistema para água aquecida pronto por apenas 460 mil. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-206984.

WILLIAN VENDE

Vende sobrado no Tropical com aprox. 150m² de área construída, sendo 98m² averbado, suíte, 2 quartos, vaga para 2 carros, alguns móveis planejados, ambientes climatizados, ótima localização, rua sem saída, por apenas 590 mil. Agende sua visita, F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-206993.

Ponto Comercial

ALUGA-SE

Casa Central para fins comercial. Rua Marechal C Rondon, 2459. Fone (45) 99983-9000. CI-207065.

WILLIAN VENDE

Vende casa no Florença com aprox. 60m², sendo 1 suíte, 1 quarto, mais dependências sala e cozinha com pé direito alto, fino acabamento, por apenas 350mil. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-206985.

WILLIAN VENDE

Vende imóvel (industrial, comercial) frente BR 277 com aprox. 15m de testada para a mesma, área total de aprox. 1.050m² contendo um barracão de aprox. 270m², ótima localização por apenas R\$ 1,100.000,00. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-206994.

Terrenos

IMOBILIÁRIA PARANHOS

Vende lote com 360m² no Brasmadeira, Rua Rio Bonito. R\$ 190.000,00. F: (45) 99155-6699 CRECI J07222. CI-206964.

MOBILIÁRIA PARANHOS

Vende Lote com 1050m² (25x42) na região central, Rua Vitória, 770. R\$ 2.290.000,00. F: (45) 99155-6699 CRECI J07222. CI-206960.

IMOBILIÁRIA PARANHOS

Vende lote com 455m² (13x35) no Cancelli, Rua Alcir da Motta, murado (preservação permanente). R\$ 249.000,00. F: (45) 99155-6699 CRECI J07222. CI-206962.

IMOBILIÁRIA PARANHOS

Vende Área com 4.633m² no 14 de Novembro, frente para a Rua Souza Naves Sul, a 300m da Petrocon, ao lado da Metalúrgica Turmina, R\$ 2.200.000,00. F: (45) 99155-6699 CRECI J07222. CI-206959.

IMOBILIÁRIA PARANHOS

Vende lote com 270m² (10X27) no Santo Onofre, Rua Tupinambás, divisa com o Santa Cruz, (preservação permanente). R\$ 130.000,00. F: (45) 99155-6699 CRECI J07222. CI-206963.

IMOBILIÁRIA PARANHOS

Vende lote com 962m² (17,50x55) no Country, Rua Rio Grande do Norte, entre as Ruas 13 de Maio e Tiradentes. R\$ 1.800.000,00. Aceita carros e parcelamento. F: (45) 99155-6699 CRECI J07222. CI-206961.

TERRENO CENTRO

Vende-se terreno, 1100 m² 20x55 Rua Antonina, entre as Ruas Tiradentes e Siqueira Campos F: (45) 99822-6583 e F: (45) 3037-4037 CRECI 11918 CI-206789.

JORNAL
OPARANA S A:
21819026000136

Assinado digitalmente por JORNAL OPARANA S A:
21819026000136
DN: C=BR, S=PR, L=CASCADEL, O=ICP-Brasil,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=RFB e CNPJ AJ, OU=AR CERTLINE SOLUCOES
EMI CERTIFICADOS, OU=Presencial,
OU=19104167000120, CN=JORNAL OPARANA S A:
21819026000136
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Cascavel - PR
Data: 2023-03-17 08:17:05
Font Reader Versão: 9.3.0



WILLIAN VENDE

Vende chácara com área de 5.000m² com matrícula individual, sendo aprox. 3 km do asfalto, ótima para moradia ou lazer, estrada boa, topografia com leve declive, por apenas 650 mil. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-206990.

WILLIAN VENDE

Vende chácara de 6,5 alq. com aprox. 4,5 alq. mec. em Cascavel, próximo do asfalto, excelente localização, bom de água. Por apenas 3.500 sacas de soja por alq. sendo um total de 22.750 sacas, forma de pagamento entrada de 50% mais 1 ano. F: (45) 999227904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-206989.

Diversos

MASSAGEM RELAXANTE

Fisioterapêutica, Dor Muscular, Nervo Ciático, Coluna, Stress e Cansaço Físico. Plataforma infravermelho, atendemos todos os dias, inclusive domingo e feriados com hora marcada, das 7:30 as 19:40. Venha se sentir bem com um ótimo tratamento, profissional a mais de 30 anos. F:(45) 99135-4180/ 98431-8987. CI-206891.

Utilidade Pública

VENDE-SE TERRENO

Bairro Universitário, Loteamento Verona.

Rua Enrico Norris, quadra 20. Quitado.

Fone (45) 99951-1303.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PREVIA

MRZ CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a **Licença Prévia** para PARCELAMENTO DO SOLO URBANO PARA FINS RESIDENCIAIS - LOTEAMENTO FLORENÇA a ser implantada LOTE DE TERRAS URBANA SOB NUMERO 734-A, MATRICULA DE NUMERO 30.606, MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND.

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A **P.V. Colonhesi Transportes, de CNPJ 06.881.978/0001-96** torna público que recebeu do Instituto Água e Terra, a **Licença de Operação - LO**, com validade de 12/07/2023, para beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas na Rua Walmor Paludo, 388 - Corbélia/PR.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

A **P.V. Colonhesi Transportes, de CNPJ 06.881.978/0001-96** torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a **Renovação da Licença de Operação - RLO** para beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas a ser implantada na Rua Walmor Paludo, 388 - Corbélia/PR.

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

A **Semear Comércio de Insumos Ltda, de CNPJ 44.646.915/0001-44** torna público que recebeu do Instituto Água e Terra, a **Renovação da Licença de Operação - RLO**, com validade de 15/07/2023, para Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas na Rodovia BR 277, KM 597, S/N - Cascavel/PR.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

A **Semear Comércio de Insumos Ltda, de CNPJ 44.646.915/0001-44** torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a **Renovação da Licença de Operação - RLO** para Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas a ser implantada na Rodovia BR 277, KM 597, S/N - Cascavel/PR.

CL1210823 F23

Ubiratã, PR, 16 de março de 2023.

CI1212242-532 **SILVIO DE SOUZA**

CH219839-L23

CH219845-E25 / Prefeito Municipal

 MUNICÍPIO DE CASCAVEL <i>Órgão Oficial Certificado Digitalmente</i> Os dados de Cascavel (PR) são gerados automaticamente pelo sistema, sendo que qualquer alteração de dados deve ser feita pelo usuário responsável pelo sistema.	Edição Ordinária - Nº 3428 - Ano XIV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo 17 de março de 2023 - Página 1 de 19								
ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR Lei nº 5.571, de 23 de julho de 2010 Secretaria Municipal de Comunicação Social									
ATOS DO PODER EXECUTIVO									
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CMAS RESOLUÇÃO nº 020/2023 APROVA o Plano de Aplicação exercício 2023 referente ao Cofinanciamento Estadual para o Serviço Especializado em Abordagem Social.									
O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS , no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 6.751/2017, alterada pela Lei nº 7.050/2019 e seu Regimento, após deliberação da Plenária da Reunião Ordinária na data de 15 de março de 2023. CONSIDERANDO a deliberação nº 051/16 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, que delibera os critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento estadual para expansão 2016 dos serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial para o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua. CONSIDERANDO o Ofício SEASO nº358/2023, que solicita apreciação e deliberação do CMAS sobre a proposta de Plano de Aplicação referente ao exercício 2023 do Recurso Estadual Serviço Especializado em Abordagem Social, Informo que a previsão anual de repasse do recurso é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), sendo que o plano de aplicação será executado conforme o depósito dos valores pelo Estado.Ainda, ressalta que o recurso será destinado ao Serviço de Abordagem Social, que é voltado à assegurar o trabalho social de abordagem e busca ativa buscando solucionar as necessidades imediatas do indivíduo, possibilitando condições de acesso à rede de serviços e benefícios assistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos, sendo que para a elaboração do Plano, foram observadas as prerrogativas legais estabelecidas para o referido recurso, conforme Deliberação nº 051/2016 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS. E que o Plano de Aplicação encontra-se em conformidade com o Plano de Ação 2023, encaminhado ao CMAS e aprovado conforme resolução CMAS nº. 103/2022.									
RESOLVE Art. 1º APROVAR o Plano de Aplicação exercício 2023 referente ao Cofinanciamento Estadual para o Serviço Especializado em Abordagem Social, no valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), conforme especificado abaixo: <table><tr><th>Especificação</th><th>Valor total</th></tr><tr><td>Materiais de Consumo (tais como alimentos, uso pessoal, etc)</td><td>R\$52.000,00</td></tr><tr><td>Equipamento</td><td>R\$8.000,00</td></tr><tr><td>Total Geral</td><td>R\$60.000,00</td></tr></table>		Especificação	Valor total	Materiais de Consumo (tais como alimentos, uso pessoal, etc)	R\$52.000,00	Equipamento	R\$8.000,00	Total Geral	R\$60.000,00
Especificação	Valor total								
Materiais de Consumo (tais como alimentos, uso pessoal, etc)	R\$52.000,00								
Equipamento	R\$8.000,00								
Total Geral	R\$60.000,00								
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. PUBLIQUE-SE Cascavel, 15 de março de 2023.									
MARIA TEREZA Assinado de forma digital por MARIA TEREZA CHAVES:37013637904 Data: 2023.03.16 13:16:48 -0100 Presidente do CMAS - Gestão 2021/2023									

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
AVISO DE PRORROGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 326/2022
OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de serviços de empresa para fornecimento de veículos tipo Hatch, Van e tipo Furgão com serviço de transformação em ambulância, em atendimento às Unidades e Serviços de Saúde e ao CONSAMU.
Comunica-se aos interessados que em virtude de alteração do descritivo do item 2, fica prorrogada a sessão de abertura da licitação para 30 de março de 2023 às 09h00min. O Edital de licitação retificado encontra-se disponível no Portal de Cidadania do Município de Cascavel: <https://cascaavel.atendia.net> (Serviços Fornecedores > Licitações). Cascavel-PR, 16 de março de 2023. Ana Caroline Coteri Hank. Pregoeira.

 MUNICÍPIO DE CASCAVEL <i>Órgão Oficial Certificado Digitalmente</i> Os dados de Cascavel (PR) são gerados automaticamente pelo sistema, sendo que qualquer alteração de dados deve ser feita pelo usuário responsável pelo sistema.	Edição Ordinária - Nº 3428 - Ano XIV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo 17 de março de 2023 - Página 2 de 19										
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CMAS RESOLUÇÃO nº 021/2023 APROVA o Plano de Aplicação exercício 2023 do cofinanciamento estadual para o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua – Casa POP, visando potencializar a oferta deste serviço e ampliar sua cobertura de atendimento, sendo que para a elaboração do Plano, foram observadas as prerrogativas legais estabelecidas para o referido recurso, conforme Deliberação nº 051/2016 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS. Informa ainda que realizou o planejamento dos itens a serem adquiridos, a fim de atender às necessidades da unidade Casa POP e proporcionar melhores condições de atendimento aos usuários em conformidade com o Plano de Ação 2023 encaminhado ao CMAS e aprovado através da resolução CMAS nº. 103/2022.											
RESOLVE Art. 1º APROVAR o Plano de Aplicação exercício 2023 do cofinanciamento estadual destinado ao Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua – Casa POP no valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), conforme especificado abaixo: <table><tr><th>Especificação</th><th>Valor total</th></tr><tr><td>Materiais de Consumo (tais como alimentos, uso pessoal, materiais de limpeza etc)</td><td>R\$44.000,00</td></tr><tr><td>Serviços de lavanderia</td><td>R\$10.000,00</td></tr><tr><td>Equipamentos</td><td>R\$6.000,00</td></tr><tr><td>Total Geral</td><td>R\$60.000,00</td></tr></table>		Especificação	Valor total	Materiais de Consumo (tais como alimentos, uso pessoal, materiais de limpeza etc)	R\$44.000,00	Serviços de lavanderia	R\$10.000,00	Equipamentos	R\$6.000,00	Total Geral	R\$60.000,00
Especificação	Valor total										
Materiais de Consumo (tais como alimentos, uso pessoal, materiais de limpeza etc)	R\$44.000,00										
Serviços de lavanderia	R\$10.000,00										
Equipamentos	R\$6.000,00										
Total Geral	R\$60.000,00										
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. PUBLIQUE-SE Cascavel, 15 de março de 2023.											
MARIA TEREZA Assinado de forma digital por MARIA TEREZA CHAVES:37013637904 Data: 2023.03.16 13:16:48 -0100 Presidente do CMAS Gestão 2021/2023											

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATOS

O MUNICÍPIO DE CASCAVEL, Estado do Paraná, CONVOCA a empresa METALÚRGICA E VIDRAGARIA RM, para que no PRAZO MÁXIMO de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, providencie a assinatura da Ata de Registro de Preços nº 148/2023 presente no Pregão Eletrônico nº 261/2022.

Informações: Divisão de Contratos no Paço Municipal de Cascavel, no e-mail: compras@cascaavel.pr.gov.br, ou nos telefones 45 3321-2301 ou 3321-2228.
O não atendimento destas Notificações no prazo previsto ensejará abertura de processo administrativo visando apurar as penalidades cabíveis ao caso, nos termos do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93.

 MUNICÍPIO DE CASCAVEL <i>Órgão Oficial Certificado Digitalmente</i> Os dados de Cascavel (PR) são gerados automaticamente pelo sistema, sendo que qualquer alteração de dados deve ser feita pelo usuário responsável pelo sistema.	Edição Ordinária - Nº 3428 - Ano XIV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo 17 de março de 2023 - Página 3 de 19								
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CMAS RESOLUÇÃO nº 023/2023 APROVA o Plano de Aplicação exercício 2023 do Recurso Estadual Piso Paraense de Assistência Social – PPAS IV – Serviço de Acolhimento de crianças, adolescentes, jovens até 21 anos, no valor de R\$480.000,00.									
O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS , no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 6.751/2017, alterada pela Lei nº 7.050/2019 e seu Regimento, após deliberação da Plenária da Reunião Ordinária na data de 15 de março de 2023. CONSIDERANDO a deliberação nº 039/14 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, que aprovou o repasse de recurso Fundo a Fundo do Piso Paraense de Assistência Social – PPAS IV, para cofinanciamento do Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos. CONSIDERANDO o Ofício SEASO nº361/2023, que solicita apreciação e deliberação do CMAS sobre a proposta de Plano de Aplicação referente ao exercício 2023, do Recurso Estadual repassado ao Município de Cascavel, PPAS IV – Acolhimento de crianças, adolescentes, jovens até 21 anos. Informa que a previsão anual de repasse do referido recurso é de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), e que o plano de aplicação será executado conforme o depósito dos valores pelo Estado. Ainda, ressalta que o recurso será destinado ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Unidade de Acolhimento Masculina e Feminina – UAI. Para a elaboração do Plano, foram observadas as prerrogativas legais estabelecidas para o referido Fundo. A Secretaria de Assistência Social realizou planejamento dos itens a serem adquiridos, a fim de atender às necessidades das Unidades contempladas pelo recurso e proporcionar melhores condições de atendimento aos usuários, em conformidade com o Plano de Ação 2023 encaminhado ao CMAS e aprovado conforme resolução CMAS nº. 103/2022.									
RESOLVE Art. 1º APROVAR o Plano de Aplicação exercício 2023 do Recurso Estadual Piso Paraense de Assistência Social – PPAS IV – Serviço de Acolhimento de crianças, adolescentes, jovens até 21 anos, destinado ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Unidade de Acolhimento Masculina e Feminina – UAI no valor de R\$480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), conforme especificado abaixo: <table><tr><th>Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora</th><th>Valor total</th></tr><tr><td>Bolsa Auxílio - Família Acolhedora</td><td>R\$300.000,00</td></tr><tr><td>Materiais de Consumo (Alimentos, uso pessoal, materiais de limpeza, utensílios, entre outros)</td><td>R\$340.000,00</td></tr><tr><td>Total Geral</td><td>R\$480.000,00</td></tr></table>		Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	Valor total	Bolsa Auxílio - Família Acolhedora	R\$300.000,00	Materiais de Consumo (Alimentos, uso pessoal, materiais de limpeza, utensílios, entre outros)	R\$340.000,00	Total Geral	R\$480.000,00
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	Valor total								
Bolsa Auxílio - Família Acolhedora	R\$300.000,00								
Materiais de Consumo (Alimentos, uso pessoal, materiais de limpeza, utensílios, entre outros)	R\$340.000,00								
Total Geral	R\$480.000,00								
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. PUBLIQUE-SE Cascavel, 15 de março de 2023.									
MARIA TEREZA Assinado de forma digital por MARIA TEREZA CHAVES:37013637904 Data: 2023.03.16 13:16:48 -0100 Presidente do CMAS - Gestão 2021/2023									

 MUNICÍPIO DE CASCAVEL <i>Órgão Oficial Certificado Digitalmente</i> Os dados de Cascavel (PR) são gerados automaticamente pelo sistema, sendo que qualquer alteração de dados deve ser feita pelo usuário responsável pelo sistema.	Edição Ordinária - Nº 3428 - Ano XIV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo 17 de março de 2023 - Página 4 de 19										
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CMAS RESOLUÇÃO nº 024/2023 APROVA o Plano de Aplicação exercício 2023 do Piso de Alta Complexidade II – PAC II, para o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência em situação de Dependência Inclusiva no valor de R\$120.000,00.											
O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS , no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 6.751/2017, alterada pela Lei nº 7.050/2019 e seu Regimento, após deliberação da Plenária da Reunião Ordinária na data de 15 de março de 2023. CONSIDERANDO a Deliberação nº 74/2013 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, que aprovou o repasse de recursos Fundo a Fundo para atendimento do Programa Viver sem Limite do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Piso Fixo de Média Complexidade para os Serviços de Proteção Social em Centro Dia de Referência para Pessoa com Deficiência e do Piso de Alta Complexidade II – PAC II, para o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência em situação de Dependência Inclusiva nos municípios que aderiram e tiveram seus Planos de Reordenamento aprovados pelo MDS nas 1ª, 2ª e 3ª expansões. CONSIDERANDO o Ofício SEASO nº362/2023, que solicita apreciação e deliberação do CMAS sobre o Plano de Aplicação referente ao exercício 2023, do Recurso Estadual Residência Inclusiva Municipal. Informa que a previsão anual de repasse do referido recurso é de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), sendo que o plano de aplicação será executado conforme o depósito dos valores pelo Estado. O recurso será destinado ao Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência em situação de Dependência Inclusiva, para a elaboração do Plano, foram observadas as prerrogativas legais estabelecidas para o referido Fundo, conforme Deliberação nº 074/2013 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS. Além disso, a Secretaria de Assistência Social realizou planejamento dos itens a serem adquiridos, a fim de atender às necessidades das unidades de Residência Inclusiva e proporcionar melhores condições de atendimento aos usuários, em conformidade com o Plano de Ação 2023 encaminhado ao CMAS e aprovado conforme resolução CMAS nº. 103/2022.											
RESOLVE Art. 1º APROVAR o Plano de Aplicação exercício 2023 referente ao Piso de Alta Complexidade II – PAC II, para o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência em situação de Dependência em Residência Inclusiva no valor de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais). <table><tr><th>Especificação</th><th>Valor total</th></tr><tr><td>Materiais de Consumo (alimentos, uso pessoal, materiais de limpeza, utensílios, entre outros)</td><td>R\$70.000,00</td></tr><tr><td>Equipamentos</td><td>R\$10.000,00</td></tr><tr><td>Serviços de Lavanderia</td><td>R\$40.000,00</td></tr><tr><td>Total Geral</td><td>R\$120.000,00</td></tr></table>		Especificação	Valor total	Materiais de Consumo (alimentos, uso pessoal, materiais de limpeza, utensílios, entre outros)	R\$70.000,00	Equipamentos	R\$10.000,00	Serviços de Lavanderia	R\$40.000,00	Total Geral	R\$120.000,00
Especificação	Valor total										
Materiais de Consumo (alimentos, uso pessoal, materiais de limpeza, utensílios, entre outros)	R\$70.000,00										
Equipamentos	R\$10.000,00										
Serviços de Lavanderia	R\$40.000,00										
Total Geral	R\$120.000,00										
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. PUBLIQUE-SE Cascavel, 15 de março de 2023.											
MARIA TEREZA Assinado de forma digital por MARIA TEREZA CHAVES:37013637904 Data: 2023.03.16 13:24:26 -0100 Presidente do CMAS - Gestão 2021/2023											

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS N.º 055/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 307/2022
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CASCAVEL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.867/0001-07, com sede no Centro Administrativo Municipal São Silvério de Oliveira, sito à Rua Paraná, nº 6.500, Bairro Centro, Cascavel, Estado do Paraná, CEP 85.910-011, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Leonardo Paranhos da Silva.
CONTRATADA: REDNOV FERRAMENTAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 45.765.285/0001-68, sediada à Rua Berta Mette, nº 149, Bairro Itupavazinha, Blumenau/SC, CEP 89.066-530, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Lenilson Luis Da Silva.
OBJETO: Aquisição de bens destinados à estruturação da Feira de Produtos Orgânicos, em atendimento ao Convênio nº 287/2022 firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB).
VALOR: R\$5.716,70 (cinco mil, setecentos e dezoto reais e setenta centavos).
FIRMADO EM: 15 de março de 2023.
ASSINATURAS: Leonardo Paranhos da Silva
Lenilson Luis Da Silva

 MUNICÍPIO DE CASCAVEL <i>Órgão Oficial Certificado Digitalmente</i> Os dados de Cascavel (PR) são gerados automaticamente pelo sistema, sendo que qualquer alteração de dados deve ser feita pelo usuário responsável pelo sistema.	Edição Ordinária - Nº 3428 - Ano XIV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo 17 de março de 2023 - Página 5 de 19
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CMAS RESOLUÇÃO nº 025/2023 APROVA as prestações de Contas referente ao 2º semestre de 2022 dos recursos de repasse do Fundo Estadual de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social por meio do Sistema de Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo – SIFF.	
O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS , no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 6.751/2017, alterada pela Lei nº 7.050/2019 e seu Regimento, após deliberação da Plenária da Reunião Ordinária na data de 15 de março de 2023. CONSIDERANDO a deliberação nº 051/16 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, que delibera os critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento estadual para expansão 2016 dos serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial para o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua. CONSIDERANDO a Deliberação nº 74/2013 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, que aprovou o repasse de recursos Fundo a Fundo para atendimento do Programa Viver sem Limite do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Piso Fixo de Média Complexidade para os Serviços de Proteção Social em Centro Dia de Referência para Pessoa com Deficiência e do Piso de Alta Complexidade II – PAC II, para o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência em situação de Dependência em Residência Inclusiva aos municípios que aderiram e tiveram seus Planos de Reordenamento aprovados pelo MDS nas 1ª, 2ª e 3ª expansões. CONSIDERANDO a deliberação nº 039/14 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, que aprovou o repasse de recurso Fundo a Fundo do Piso Paraense de Assistência Social – PPAS IV, para cofinanciamento do Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos. CONSIDERANDO a deliberação nº 051/16 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, que delibera os critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento estadual para expansão 2016 dos serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial para o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua. CONSIDERANDO a deliberação nº 037/14 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, que aprovou o repasse de recurso Fundo a Fundo do Piso Paraense de Assistência Social – PPAS II, para cofinanciamento do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, em Centro POP. CONSIDERANDO o Ofício SEASO nº251/2023, que solicita apreciação e deliberação do CMAS das prestações de Contas referente ao 2º semestre de 2022, dos recursos de repasse do Fundo Estadual de Assistência Social – CEAS ao Fundo Municipal de Assistência Social por meio do Sistema de Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo – SIFF: PPAS II (Centro POP), PPAS IV (Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos), Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência – Residência Inclusiva, Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua e Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua, destinado à unidade Casa POP. A SEASO informa que o processo de Prestação de Contas se dará integralmente por meio do Sistema de Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF), disponibilizado pela Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), e que o prazo para finalização é 31 de Março de 2023. E, o CMAS necessita preencher a ata destinada ao Conselho no Item Parecer do Conselho. CONSIDERANDO a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social referente ao Saldo Superior a 30% do Recurso Estadual Piso Paraense de Assistência Social PPAS II - Centro POP : a previsão de repasse anual é de R\$78.000,00 (setenta e oito mil reais) e o saldo em conta na data de 31/12/2022 é de R\$44.749,40 (quarenta e quatro mil setecentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos), sendo que no mês de dezembro de 2022 recebeu o depósito no valor de R\$39.000,00 (trinta e nove mil reais). CONSIDERANDO a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social referente ao Saldo Superior a 30% do Recurso Estadual Piso Paraense de Assistência Social - PPAS IV - Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos : A previsão de repasse anual é de R\$480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) e o saldo em conta na data de 31/12/2022 é de R\$282.143,40 (duzentos e oitenta e dois mil, trezentos e quarenta e três reais e quarenta centavos), sendo que no mês de dezembro de 2022 recebeu o depósito no valor de R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). Informa que no mês de novembro de 2022 a porcentagem era de 8,66% e após o depósito recebido em dezembro o percentual correspondente ao saldo em conta foi para 58,78%. CONSIDERANDO a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social referente ao Saldo Superior a 30% do Recurso Estadual - Serviço de Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua : a previsão de repasse anual é de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), o saldo em conta em 31/12/2022 é de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e o saldo em conta em 15 de março de 2023 é de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). CONSIDERANDO a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social referente ao Saldo Superior a 30% do Recurso Estadual - Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua, destinado à unidade Casa POP : a previsão de repasse anual é de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), o saldo em conta em 31/12/2022 é de R\$60.000,00 (sessenta mil reais).	
RESOLVE Art. 1º APROVAR as Prestações de Contas referente ao 2º semestre de 2022 dos Recursos de repasse do Fundo Estadual de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social por meio do Sistema de Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo – SIFF, sendo: - Piso Paraense de Assistência Social PPAS II - Centro POP - Piso Paraense de Assistência Social - PPAS IV (Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos); - Serviço de Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua ; - Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua , destinado à unidade Casa POP; - Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência – Residência Inclusiva ; Art. 2º APROVAR as JUSTIFICATIVAS apresentadas pela SEASO dos saldos em conta superior a 30% referentes aos recursos: - Piso Paraense de Assistência Social PPAS II - Centro POP - Piso Paraense de Assistência Social - PPAS IV (Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos); - Serviço de Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua ; - Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua , destinado à unidade Casa POP; Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. PUBLIQUE-SE Cascavel, 15 de março de 2023.	
MARIA TEREZA Assinado de forma digital por MARIA TEREZA CHAVES:37013637904 Data: 2023.03.16 13:24:04 -0100 Presidente do CMAS - Gestão 2021/2023	

 MUNICÍPIO DE CASCAVEL <i>Órgão Oficial Certificado Digitalmente</i> Os dados de Cascavel (PR) são gerados automaticamente pelo sistema, sendo que qualquer alteração de dados deve ser feita pelo usuário responsável pelo sistema.	Edição Ordinária - Nº 3428 - Ano XIV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo 17 de março de 2023 - Página 6 de 19
é de R\$33.699,31 (trinta e três mil seiscentos e noventa e nove reais e trinta e um centavos), sendo que nos meses de outubro e novembro de 2022 recebeu o depósito no valor total de R\$30.000,00 (trinta mil reais). CONSIDERANDO a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social referente ao Saldo Superior a 30% do Recurso Estadual Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua: a previsão de repasse anual é de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), o saldo em conta em 31/12/2022 é de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e o saldo em conta em 15 de março de 2023 é de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). CONSIDERANDO a informação da SEASO, que os prazos dos trâmites licitatórios e de realização da entrega de produtos ou dos serviços pelas empresas demandam um período de aproximadamente 30 dias, sendo que os depósitos realizados em meses próximos ao fechamento de semestre e a prestação do saldo em conta, que por vezes ultrapassam o índice de 30%, sendo que a SEASO não dispõe muitas vezes de tempo hábil para executar o recurso após o depósito realizado próximo ao fechamento de semestre.	
RESOLVE Art. 1º APROVAR as Prestações de Contas referente ao 2º semestre de 2022 dos Recursos de repasse do Fundo Estadual de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social por meio do Sistema de Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo – SIFF, sendo: - Piso Paraense de Assistência Social PPAS II - Centro POP - Piso Paraense de Assistência Social - PPAS IV (Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos); - Serviço de Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua ; - Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua , destinado à unidade Casa POP; Art. 2º APROVAR as JUSTIFICATIVAS apresentadas pela SEASO dos saldos em conta superior a 30% referentes aos recursos: - Piso Paraense de Assistência Social PPAS II - Centro POP - Piso Paraense de Assistência Social - PPAS IV (Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos); - Serviço de Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua ; - Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua , destinado à unidade Casa POP; Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. PUBLIQUE-SE Cascavel, 15 de março de 2023.	
MARIA TEREZA Assinado de forma digital por MARIA TEREZA CHAVES:37013637904 Data: 2023.03.16 13:24:04 -0100 Presidente do CMAS - Gestão 2021/2023	

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 36/2021 - SEFIN
Inexigibilidade nº 01/2021.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CASCAVEL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.208.867/0001-07, com endereço à Rua Paraná, nº 5000, Centro, Cascavel, Paraná, representado por seu Prefeito Municipal Sr. Leonardo Paranhos da Silva.
CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS – CORREIOS, empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 509, de março de 1969, inscrita no CNPJ/MF nº 34.028.316/0020-76, com endereço à Rua João Negreiro, nº 1251, Bloco 1, 4º andar, Reboita, Curitiba - PR, CEP nº 80.8002-900, representada neste ato pelos Srs. Eduardo Alves Correia e Luiz Gustavo Barbosa Bala.
O objeto é a prestação da vigência do contrato pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 22/02/2023 até 22/02/2024, conforme Requisição de Aditivo Contratual nº 140/2023, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças. Fica mantido o valor total do contrato, que é de R\$ 667.000,00 (seiscentos e sessenta e sete mil reais).
FIRMADO EM: 03 de fevereiro de 2023
ASSINATURAS: Leonardo Paranhos da Silva
Luiz Gustavo Barbosa Bala

 MUNICÍPIO DE CASCAVEL <i>Órgão Oficial Certificado Digitalmente</i> Os dados de Cascavel (PR) são gerados automaticamente pelo sistema, sendo que qualquer alteração de dados deve ser feita pelo usuário responsável pelo sistema.	Edição Ordinária - Nº 3428 - Ano XIV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo 17 de março de 2023 - Página 7 de 19
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CMAS RESOLUÇÃO nº 026/2023 APROVA a utilização do saldo remanescente do Recurso Federal decorrente da Portaria nº378 de 07 de maio de 2020 referente ao Componente de Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Especial para Ações de Combate ao COVID-19 e Componente de Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Básica para Ações de Combate ao COVID-19.	
O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS , no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 6.751/2017, alterada pela Lei nº 7.050/2019 e seu Regimento, após deliberação da Plenária da Reunião Ordinária na data de 15 de março de 2023. CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988. CONSIDERANDO a Lei Federal nº 6.742/93 e a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, alterada pela Lei N.º 12.435/2012. CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 6.751 de 15 de setembro de 2017 que “Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social de Cascavel – SUAS e Outras Providências”. CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, conforme Resolução nº 145 de 15/10/2004, publicado no D.O.U em 28/10/2004. CONSIDERANDO a Resolução nº 058/2020, que APROVA a aplicação dos repasses advindos do Governo Federal – Portaria 378/2020 – Incremento temporário para Ações de Combate ao COVID-19. CONSIDERANDO o Ofício SEASO nº 321/2023, de 27 de fevereiro de 2023, que informa sobre a publicação da Emenda Constitucional nº126/2022, a qual orienta que os recursos repassados para enfrentamento da pandemia da Covid- 19, poderão ser executados pelos entes federativos até 31 de dezembro de 2023, conforme o “Art. 122. As transferências financeiras realizadas pelo Fundo Nacional de Saúde e pelo Fundo Nacional de Assistência Social diretamente aos fundos de saúde e assistência social estaduais, municipais e distritais, para enfrentamento da pandemia da Covid-19, poderão ser executadas pelos entes federativos até 31 de dezembro de 2023.” Considerando que o município de Cascavel recebeu recursos oriundo da Portaria 378/2020 que dispõe sobre repasse de recurso extraordinário do financiamento federal do Sistema Único de Assistência Social para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais nos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, COVID 19, considerando que os recursos oriundos da Portaria 378/2020 foram destinados aos Blocos da Proteção Social Básica e Bloco da Proteção Social Especial, restando saídos em ambos os blocos, que poderão ser aplicados em 2023. Sendo assim, diante da prorrogação do prazo de execução, a SEASO solicita apreciação e deliberação da reprogramação do saldo dos recursos federais oriundos da Portaria 378/2020, Com relação ao Componente de Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Especial para Ações de Combate ao COVID-19 , saldo em conta para utilização é de R\$47.917,32 (quarenta e sete mil novecentos e dezessete reais e trinta e dois centavos). Com relação ao Componente de Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Básica para Ações de Combate ao COVID-19 , saldo em conta para utilização é R\$45.113,49 (quarenta e cinco mil cento e treze reais e quarenta e nove centavos).	
RESOLVE Art. 1º APROVAR a utilização do saldo remanescente do Recurso Federal decorrente da Portaria nº378 de 07 de maio de 2020, referente ao Componente de Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Especial para Ações de Combate ao COVID-19 e Componente de Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Básica para Ações de Combate ao COVID-19 , conforme especificado abaixo: - Bloco da Proteção Social Especial : R\$47.917,32 (quarenta e sete mil novecentos e dezessete reais e trinta e dois centavos); Pagamento de aluguel das unidades (Casa POP e Residências Inclusivas), marmittas, vigilância armada, alimentos, materiais de higiene pessoal, produtos de limpeza, utensílios, materiais pedagógicos, materiais de expediente e artesanato, dentre outras despesas necessárias para o desenvolvimento dos serviços. - Bloco da Proteção Social Básica - R\$45.113,49 (quarenta e cinco mil cento e treze reais e quarenta e nove centavos); Aquisição de materiais pedagógicos, alimentos, materiais de expediente e artesanato, produtos de limpeza, utensílios, oícineros, pagamento de Orientadores sociais, dentre outras despesas necessárias para o desenvolvimento dos serviços.	
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. PUBLIQUE-SE Cascavel, 15 de março de 2023.	
MARIA TEREZA Assinado de forma digital por MARIA TEREZA CHAVES:37013637904 Data: 2023.03.16 13:24:48 -0100 Presidente do CMAS - Gestão 2021/2023	

 MUNICÍPIO DE CASCAVEL <i>Órgão Oficial Certificado Digitalmente</i> Os dados de Cascavel (PR) são gerados automaticamente pelo sistema, sendo que qualquer alteração de dados deve ser feita pelo usuário responsável pelo sistema.	Edição Ordinária - Nº 3428 - Ano XIV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo 17 de março de 2023 - Página 8 de 19							
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CMAS RESOLUÇÃO nº 022/2023 APROVA o Plano de Aplicação exercício 2023 do Cofinanciamento Estadual Piso Paraense de Assistência Social, na modalidade PPAS II – Centro POP, no valor de R\$78.000,00.								
O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS , no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 6.751/2017, alterada pela Lei nº 7.050/2019 e seu Regimento, após deliberação da Plenária da Reunião Ordinária na data de 15 de março de 2023. CONSIDERANDO a deliberação nº 037/14 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, que aprovou o repasse de recurso Fundo a Fundo do Piso Paraense de Assistência Social – PPAS II, para cofinanciamento do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, em Centro POP. CONSIDERANDO o Ofício SEASO nº360/2023, que solicita apreciação e deliberação do CMAS sobre a proposta de Plano de Aplicação referente ao exercício 2023, do Recurso Estadual PPAS II (Centro POP) . Informa que a previsão anual de repasse do referido recurso é de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil), sendo que o plano de aplicação será executado conforme o depósito dos valores pelo Estado. Ainda, ressalta que o recurso será destinado ao Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, em Centro POP. Para a elaboração do Plano, foram observadas as prerrogativas legais estabelecidas para o referido Fundo, conforme Deliberação nº 037/2014 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS. Realizou planejamento dos itens a serem adquiridos, a fim de atender às necessidades da unidade Centro POP e proporcionar melhores condições de atendimento aos usuários, em conformidade com o Plano de Ação 2023 encaminhado ao CMAS e aprovado por meio da Resolução CMAS nº. 103/2022.								
RESOLVE Art. 1º APROVAR o Plano de Aplicação exercício 2023 do Cofinanciamento Estadual Piso Paraense de Assistência Social, na modalidade PPAS II – Centro POP, no valor de R\$78.000,00 (setenta e oito mil reais), conforme especificado abaixo: <table><tr><th>Especificação</th><th>Valor total</th></tr><tr><td>Equipamentos</td><td>R\$10.000,00</td></tr><tr><td>Materiais de Consumo (alimentos, materiais de expediente, uso pessoal, utensílios, entre outros)</td><td>R\$68.000,00</td></tr><tr><td>Total Geral</td></tr></table>		Especificação	Valor total	Equipamentos	R\$10.000,00	Materiais de Consumo (alimentos, materiais de expediente, uso pessoal, utensílios, entre outros)	R\$68.000,00	Total Geral
Especificação	Valor total							
Equipamentos	R\$10.000,00							
Materiais de Consumo (alimentos, materiais de expediente, uso pessoal, utensílios, entre outros)	R\$68.000,00							
Total Geral								



MUNICÍPIO DE CASCAVEL
Órgão Oficial Certificado Digitalmente
Este documento possui 155 caracteres de segurança digitalizados eletronicamente, sendo que o recibo autêntico de sua validação encontra-se no Certificado (PDF - 88464).

Edição Ordinária - Nº 3428 - Ano XIV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo
17 de março de 2023 - Página 12 de 19

André Luiz		
Abrigo São Vicente de Paulo	- Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos - Instituição de Longa Permanência para Idosos.	40 (simultâneo) idosos

III – Programa de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos:

Unidade	Programa	Capacidade de atendimento
Cáritas Arquidiocesana de Cascavel	Assessoramento – Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Integral Sustentável das Comunidades, Cadeias Organizativas, Redes de Empreendimentos e à Geração de Renda.	1.500 pessoas
Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual - ACADEVI	Defesa e Garantia de Direitos - Programa de Promoção da Defesa de Direitos já Estabelecidos através de Distintas Formas de Ação e Reivindicação na Esfera Política e no Contexto da Sociedade.	600 pessoas
Associação das Pessoas com Deficiência Física de Cascavel - ADEFICA	Defesa e Garantia de Direitos - Programa de Promoção da Defesa de Direitos já Estabelecidos através de Distintas Formas de Ação e Reivindicação na Esfera Política e no Contexto da Sociedade.	1.200 pessoas
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cascavel - APAE	Defesa e Garantia de Direitos - Programa de Promoção da Defesa de Direitos já Estabelecidos através de Distintas Formas de Ação e Reivindicação na Esfera Política e no Contexto da Sociedade.	500 pessoas
Associação dos Portadores de Fissura Labiopalatal de Cascavel - APOFILAB	Defesa e Garantia de Direitos - Programa de Promoção da Defesa de Direitos já Estabelecidos através de Distintas Formas de Ação e Reivindicação na Esfera Política e no Contexto da Sociedade.	800 pessoas
Associação Cascavelense de Amigos de Surdos - ACAS	Defesa e Garantia de Direitos - Programa de Promoção da Defesa de Direitos já Estabelecidos através de Distintas Formas de Ação e Reivindicação na Esfera Política e no Contexto da Sociedade.	300 pessoas

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.
PUBLICAR-SE

MARIA TEREZA
CHAVES:37013673
904
Presidente do CMAS - Gestor 2021/2023

Assinado de forma digital por MARIA TEREZA CHAVES:370136730904
Data: 2023.03.16 13:26:18 -0100

Cascavel, 15 de março de 2023.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Órgão Oficial Certificado Digitalmente

Este documento é assinado pelo(a) servidor(a) responsável, de acordo com a Lei nº 11.343/2006 e a Resolução nº 1.000/2010 do Conselho Nacional de Controle de Imprensa.

Edição Ordinária - Nº 328 - Ano XIV - Caderno I - Atos do Poder Executivo

17 de março de 2023 - Página 14 de 15

TERRITÓRIO OESTE Recanto da Graça - UAI; FAG; CRAS Cancelli; CIEE Guarda Mirim; Apofilab; APE; Cáritas; Abrigo de Mulheres; Eureca II; CRAS CEJ; CEU; CREAS Oeste; CREAS Augusto; Acadavi e Aedica.	11 de abril	Auditório da Prefeitura Rua Paraná, 5000 - Centro	13h30 às 16h
TERRITÓRIO SUL Casa Pop; Centro POP; Albergue Noturno; CREAS Sul; CRAS XIV de Novembro; CCI XIV de Novembro; Programa Indústria Produtiva; Família Acolhedora I, II e III; ACAS e Gerar.	12 de abril	Sala da Igreja Católica Capela São Sebastião Rua Da Amizade esquina com a Rua Condição - Bairro 14 de Novembro	13h30 às 16h
TERRITÓRIO LESTE CRAS Penão; CRAS Morumbi; CRAS Riviera; CCI Morumbi; CREAS Leste e CEMIC.	13 de abril	CCI Morumbi R. Florencio Galafassi, 20 - Peritolo	13h30 às 16h
DISTRITO DE SÃO JOÃO DO OESTE	13 de abril	Sala Igreja Católica - Atras da Igreja Católica Nossa Senhora de Fátima	13h30 às 16h
DISTRITO DE JUVINOPOLIS	14 de abril	Sala Comunitário de Juvinoópolis - Avenida Castelo Branco ao lado do Ginásio de Esportes	13h30 às 16h
DISTRITO DE RIO DO SALTO	19 de abril	Sala Comunitário de Rio do Salto - Estrada Rio do Salto S/N	13h30 às 16h
TERRITÓRIO LESTE CRAS Interlagos; Centro da Juventude; Eureka I, Centro Jesusita; LBV; Nafa; Provarop e República dos Idosos.	25 de abril	Centro da Juventude Rua Felicidade, 601 - Bairro Interlagos	13h30 às 16h
TERRITÓRIO SUL CCI Cascavel Velho; CRAS Cascavel Velho; CRAS CENTRAL; Residência Inclusiva I e II e Abrigo São Vicente de Paulo.	26 de abril	CCI Cascavel Velho Av. Cornil, 1085 - Bairro Cascavel Velho	13h30 às 16h

III. As Pré Conferências terão o intuito de identificar as necessidades relacionadas à política de assistência social nos territórios, e as propostas levantadas serão discutidas nos trabalhos de grupos e apresentadas na plenária final da XV Conferência Municipal de Assistência Social para deliberação.

a. Cada Pré Conferência poderá realizar a indicação de até 03 propostas por eixo, conforme os temas dispostos nos incisos I a V do parágrafo único do artigo 2º deste regulamento.

IV. As Pré Conferências também objetivam eleger delegados não governamentais do segmento de usuários e organização de usuários, para participar da XV Conferência Municipal de Assistência Social, de acordo com o número seguir:

a. Nas cinco Pré Conferências Urbanas: no mínimo 04 e no máximo 08 participantes por pré.

b. Nas três Pré Conferências Rurais: no mínimo 02 e no máximo 04 participantes por pré.

c. Os interessados mais votados serão eleitos delegados.

MUNICÍPIO DE CASCABEL

Edição Ordinária - Nº 328 - AnEXO XIV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo

Órgão Oficial Certificado Digitalmente

17 de março de 2023 - Página 15 de 15

d. Caso não sejam preenchidas as vagas de Delegados numa determinada Pré-Conferência as vagas serão repassadas para as demais Pré-Conferências.

V. Os Coordenadores de cada Pré-Conferência deverá enviar por email e de forma física à Comissão Organizadora os dados pessoais levantados em cada Pré-Conferência de acordo com cada caso, bem como, a relação de delegados eleitos nas Pré-Conferências até dia 02 de maio de 2023.

VI. Os segmentos de entidades e organizações de assistência social e trabalhadores do setor deverão indicar via ofício seus delegados para a XV Conferência Municipal de Assistência Social, sendo requisito para a inscrição como delegado na XV Conferência a participação em pelo menos uma Pré-Conferência.

VII. Os delegados Natos (conselheiros titulares e suplentes) estarão automaticamente inscritos na XV Conferência, no entanto deverão participar em pelo menos em uma Pré-Conferência.

VIII. O segmento Governamentais deverão indicar via ofício seus delegados, sendo requisito para a inscrição como delegado na XV Conferência a participação em pelo menos uma Pré-Conferência.

§ 2º - A SEGUNDA ETAPA terá âmbito municipal e será realizada no dia **25 de Maio de 2023**, com início às **08h00** e encerramento previsto para as **17h00**, no **Amfiteatro da Universidade Paranaense – UNIPAR**, sítio a Rua Rui Barbosa, 611, Jardim Cristal, CEP 85.801-470, Cascavel, PR:

- **08h00 às 08h30** – Credenciamento e Café da Manhã;
- **08h30 às 09h15** – Abertura Oficial da XV Conferência Municipal de Assistência Social;
- **09h20 às 10h00** – Leitura e Aprovação do Regimento da XV Conferência Municipal de Assistência Social;
- **10h00 às 11h30** – Palestra sobre o tema geral da XV Conferência: “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos” com a Palestrante: **Silmara Carneiro e Silva**;
- **11h30 às 12h00** – Debate;
- **12h00 às 13h30** – Intervalo (almoço gratuito no Clube Comercial aos participantes);
- **13h30 às 16h00** – Trabalhos em Grupos Temáticos;
- **16h00 às 16h45** – Plenária Final: Leitura e aprovação das propostas levantadas nas Pré-conferências de Assistência Social a partir das prioridades definidas pelos Grupos Temáticos; Apreciação e deliberação das moções (se houver) que obtiveram um total de no mínimo 20% de assinaturas dos participantes da XV Conferência Municipal de Assistência Social; Eleição de delegados para participar da XV Conferência Estadual de Assistência Social, conforme as vagas disponibilizadas pelo Conselho Estadual de Assistência Social;
- **17h00** – Encerramento e Coffee Break.

Capítulo III

Dos Participantes: Delegados, convidados e observadores

Art. 4º Poderão participar da XV Conferência Municipal de Assistência Social as pessoas inscritas na condição de: Delegados Natos, Delegados e Convidados e Observadores, sendo:

§ 1º - Delegados Natos - Total de 18 participantes.

I - Serão Delegados Natos os conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social de Cascavel/PR Gestão 2021/2023, com direito a manifestação verbal e voto.

§ 2º - Delegados - 234 participantes.

I - Serão Delegados os representantes de usuários e de organização de usuários eleitos nas Pré-Conferências, bem como os representantes formalmente indicados dos segmentos trabalhadores do setor e entidades e organizações de Assistência Social e representantes governamentais, com direito a manifestação verbal e voto.

§ 3º - Convidados e Observadores - 50 participantes.

I - Os participantes inscritos como convidados e observadores, terão direito a manifestação verbal.

Art. 5º - A XV Conferência Municipal de Assistência Social contará com a participação de **até 302 pessoas na Condição de Delegados, convidados e observadores**.

§ 1º - Na condição de delegados contará com até 252 pessoas.

§ 2º - Na condição de convidados e observadores contará com até 50 pessoas interessadas em discutir a Política de Assistência Social.

Art. 6º - As vagas para delegados representantes da **Sociedade Civil** ficam limitadas em **até 126 vagas** no total, já contemplando os delegados natos, que são os conselheiros não governamentais titulares e suplentes do CMAS, divididas da seguinte forma:

REPRESENTAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL	NÚMERO DE VAGAS
Entidades e organizações de Assistência Social inscritas no CMAS de Cascavel	36 + 6 delegados natos = 42
Usuários e organização de usuários	52 + 6 delegados natos = 58
Trabalhadores do setor	20 + 6 delegados natos = 26
Total	126

Art. 7º - Paritariamente as vagas para delegados governamentais ficam limitadas em **até 126 vagas**, já contemplando os delegados natos, que são os conselheiros governamentais titulares e suplentes do CMAS.

 MUNICÍPIO DE CASAVEL Oração Oficial Certificada Digitalmente Ao verificar este documento eletrônico, o usuário declara que ele é autêntico e verdadeiro.	Edição Ordinária - Nº 428 - Ano XIV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo 17 de março de 2023 - Página 17 de 19
---	---

CECM Concessões S.A.

(anteriormente denominada Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.)

CNPJ/MF nº 02.221.155/0001-83

JORNAL
OPARANA S.A.:
21819026000136

Assinado digitalmente por JORNAL OPARANA S.A.:
21819026000136
DN: C=BR, S=PR, L=CASCATEL, O=ICP-Brasil,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=RFEB e-CNPJ A1, OU=AR CERTLINE SOLUCOES EM
CERTIFICADOS, OU=Presencial, OU=19104167000120,
CN=JORNAL OPARANA S.A.:21819026000136
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Cascavel -PR
Data: 2023-03-17 08:17:54
Foxit Reader Versão: 9.3.0

Relatório da Administração 2022

Senhores Aclionistas: A Administração da CECM Concessões S.A. (anteriormente denominada Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de sua acionista o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. **Mensagem da Administração:** A CECM Concessões S.A. ("CECM" ou "Companhia"), foi constituída em 21 de outubro de 1997, sob a forma de Sociedade de Propósito Específico e tendo por objeto social (a) a exploração, sob o regime de concessão e mediante percepção de pedágio e receitas acessórias, das rodovias referidas no Contrato de Concessão nº 076/97, firmado entre a Companhia e o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR com base na Concorrência Internacional nº 006/96 Lote 006, cabendo-lhe realizar toda e qualquer conduta, direta ou indiretamente, relacionada com o cumprimento do aludido contrato, inclusive a participação no capital social de outras sociedades; e (b) a participação no capital de outras pessoas jurídicas na qualidade acionista ou sócia, exclusivamente como forma de atingir o objeto descrito no item (a) acima. O Contrato de Concessão assinado em 14 de novembro de 1997 possuía prazo final em 28 de novembro de 2021. Em 11 de abril de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou: (a) a alteração da razão social da Companhia para CECM Concessões S.A., (b) o endereço da sede para Rua Paraguai, 605, bairro Alto Alegre, na cidade de Cascavel - PR; e (c) o objeto social da Companhia para: (i) a exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário, inclusive a prestação de serviços para concessionárias, aquisição de participações acionárias em concessões e/ou compra e venda de créditos relacionados a concessões de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins; (ii) a

prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionadas aos negócios referidos no item anterior; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive incorporação e exportação; e (iv) a participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas. A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a CECM Concessões agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros. **Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº3 das Demonstrações Financeiras. **Resultados:** Considerando que o contrato de concessão da Companhia, encerrou-se em 27 de novembro de 2021, a Administração da Companhia não apresenta valores comparativos, uma vez que em 2022 não houve operação relacionada ao contrato de concessão. **Operacionais:** Conforme descrito acima, não há dados operacionais no ano de 2022. **Econômicos e Financeiros - Receita Bruta e Líquida:** Em 2022, não houve valores de receita bruta e/ou líquida. Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº18 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$13,6 milhões em 2022. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$13,3 milhões. Para mais informações sobre os

custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº19 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **Ebitda:** Em 2022, o EBITDA atingiu R\$14,0 milhões negativos. **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$19,6 milhões, devido, principalmente, aos juros ativos sobre debêntures privadas. Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº20 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **Lucro Líquido do Exercício:** Em 2022, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$2,2 milhões. **Disponibilidade Financeira:** A Companhia encerrou dezembro de 2022 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa de R\$1,1 milhão. **Governança Corporativa:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indireta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri. **Relacionamento Com os Auditores Independentes:** Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2022: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"). Os honorários relativos ao exercício de 2022 totalizaram R\$68,2 mil. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da CECM Concessões S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e (ii) com a demonstração financeira do exercício findo em dezembro de 2022.

Cascavel - PR, 15 de março de 2023.
A Administração

Balanço Patrimonial Levantado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)				
Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	1.039	2.918	
Aplicações financeiras.....	6	36	128	
Clientes.....	7	-	74	
Tributos a recuperar.....		9.166	7.152	
Despesas antecipadas.....		28	48	
Partes relacionadas.....	13	3.618	236.021	
Outros créditos.....		1.003	1.475	
Total do ativo circulante.....		14.890	247.816	
Não Circulante				
Tributos diferidos.....	11.a)	-	2.064	
Depósitos judiciais.....	8	626	848	
Imobilizado.....	9	-	1.622	
Intangível.....	10	-	279	
Total do ativo não circulante.....		626	4.813	
Total do Ativo.....		15.516	252.629	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)						
	Nota explicativa	Reserva de capital Plano de opção com base em ações	Reservas de lucros Ordemamento Dividendos adicionais Legal de Capital	Lucros acumulados	Total	
Saldos em 31 de Dezembro de 2020.....		163.641	524	10.103	33.843	208.111
Dividendos pagos.....		-	-	-	(33.843)	(33.843)
Lucro do exercício.....		-	-	-	95.880	95.880
Destinação do lucro:.....						
Reserva legal.....	17.b)	-	4.794	-	(4.794)	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,05 por ação).....	17.d)	-	-	-	(7.559)	(7.559)
Dividendos intermediários (R\$0,26 por ação).....	17.d)	-	-	-	(43.064)	(43.064)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,25 por ação).....	17.d)	-	-	-	40.463	(40.463)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021.....		163.641	524	14.897	40.463	219.525
Capitalização conforme AGE 07/07/2022.....	17.a)	524	(524)	-	-	-
Capitalização conforme AGE 07/07/2022.....	17.a)	14.169	(14.169)	-	-	-
Redução de capital conforme AGE 07/07/2022.....	17.a)	(174.693)	-	-	-	(174.693)
Dividendos pagos.....		-	-	-	(40.463)	(40.463)
Lucro do exercício.....		-	-	-	2.152	2.152
Destinação do lucro:.....						
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,15 por ação).....	17.d)	-	-	-	(538)	(538)
Constituição de reserva - orçamento de capital.....	17.c)	-	-	1.614	(1.614)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022.....		3.641	728	1.614	-	5.983
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)	
1. Informações Gerais	
A CECM Concessões S.A (anteriormente denominada Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.) ("CECM" ou "Companhia"), foi constituída em 21 de outubro de 1997, sob a forma de Sociedade de Propósito Específico e tendo por objeto social (a) a exploração, sob o regime de concessão e mediante percepção de pedágio e receitas acessórias, das rodovias referidas no Contrato de Concessão nº 076/97, firmado entre a Companhia e o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR com base na Concorrência Internacional nº 006/96 Lote 006, cabendo-lhe realizar toda e qualquer conduta, direta ou indiretamente, relacionada com o cumprimento do aludido contrato, inclusive a participação no capital social de outras sociedades; e (b) a participação no capital de outras pessoas jurídicas na qualidade acionista ou sócia, exclusivamente como forma de atingir o objeto descrito no item (a) acima. O Contrato de Concessão assinado em 14 de novembro de 1997 possuía prazo final em 27 de novembro de 2021. Em 11 de abril de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou: (a) a alteração da razão social da Companhia para CECM Concessões S.A., (b) o endereço da sede para Rua Paraguai, 605, bairro Alto Alegre, na cidade de Cascavel - PR; e (c) o objeto social da Companhia para: (i) a exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário, inclusive a prestação de serviços para concessionárias, aquisição de participações acionárias em concessões e/ou compra e venda de créditos relacionados a concessões de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins; (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionadas aos negócios referidos no item anterior; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive incorporação e exportação; e (iv) a participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tórtona - Itália. A respeito da finalização do Contrato de Concessão, em 27 de novembro de 2021, a Companhia esclarece que as principais rubricas de seu balanço patrimonial (intangível e provisão para manutenção) foram totalmente realizadas conforme suas naturezas até a data de encerramento do Contrato de Concessão. No que tange as Provisões para perdas cíveis e trabalhistas, Tributos Diferidos sobre as provisões e obrigações decorrentes do Acordo de Leniência, os saldos poderão permanecer em aberto e baixados conforme as liquidações dos referidos processos. Em 28 de dezembro de 2021, a Companhia finalizou os procedimentos de entrega, para reversão, de todos os bens da Concessão ao Poder Concedente, tais como: a rodovia e suas faixas marginais, as edificações: praça de pedágio, postos de pesagem de veículos, bases de atendimento ao usuário, unidades de conservação e a sede onde estava localizada a Companhia e terrenos destinados às atividades vinculadas a Concessão (bens classificados como Ativo Intangível conforme Nota Explicativa nº 10), de acordo com as cláusulas XXXII e XXXIII do Contrato de Concessão, tendo cumprido assim todas as cláusulas contratuais. Os bens considerados não reversíveis, tais como: <i>hardwares</i> , máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e outros (classificados como Ativo Imobilizado conforme Nota Explicativa nº 9) e <i>softwares</i> (classificados como Ativo Intangível conforme Nota Explicativa nº 10), foram vendidos ou doados para instituições beneficentes	

até o final do exercício de 2022. Em 15 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Efeito da pandemia provocada pela COVID-19: Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo EcoRodovias vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos estaduais e federal em que o Grupo atua. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende que não há outros impactos relevantes a serem comentados, uma vez que não possui mais operação desde novembro/2021, quando se encerrou o Contrato de Concessão da Companhia. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia, uma vez que não possui mais operação desde novembro/2021, quando se encerrou o Contrato de Concessão da Companhia. c) Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (*ESG - Environmental, Social and Governance*): A estratégia do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, para a abordagem das mudanças climáticas segue duas vertentes. A primeira, focada na mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), estabelece diretrizes para a redução das emissões decorrentes das suas atividades de concessão rodoviária e portuária. Ao longo de 2022, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização, considerando uma perspectiva de longo prazo (2030). Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. A segunda vertente versa sobre os impactos decorrentes das mudanças climáticas - adaptação. O Grupo EcoRodovias estabeleceu estudos neste sentido, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos. Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda de receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos), custos diretos para saneamento do evento, seguros, jurídicos e de multas. Os resultados dos trabalhos foram incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura.

Demonstração do Resultado - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)			
	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita Líquida.....	18	-	293.465
Custo dos serviços prestados.....		-	(141.987)
Lucro Bruto.....		-	151.478
Receitas (Despesas) Operacionais.....	19	(13.564)	(18.635)
Despesas gerais e administrativas.....		(13.564)	(18.635)
Outras receitas, líquidas.....		(724)	1.302
Lucro/(Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro.....		(14.288)	134.145
Resultado Financeiro.....	20	20.682	14.052
Receitas financeiras.....		(1.069)	(6.788)
Despesas financeiras.....		19.613	7.264
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social.....		5.325	141.409
Imposto de Renda e Contribuição Social.....		-	-
Correntes.....	11.b)	(1.109)	(30.090)
Diferidos.....	11.a)	(2.064)	(15.439)
Lucro Líquido do Exercício.....		2.152	95.880
Lucro por Ação (Em R\$) - Básico e Diluído.....	21	0,02	0,59
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstração do Resultado Abrangente - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)			
	31/12/2022	31/12/2021	
Lucro Líquido do Exercício.....	2.152	95.880	
Outros Resultados Abrangentes.....	-	-	
Resultado Abrangente Total do Exercício.....	2.152	95.880	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)			
	31/12/2022	31/12/2021	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do exercício.....	2.152	95.880	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações.....	271	76.369	
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível.....	1.541	87	
Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures e arrendamentos.....	-	16	
Constituição de provisão para perdas cíveis e trabalhistas.....	238	(541)	
Atualização monetária para perdas cíveis e trabalhistas.....	1.060	1.337	
Constituição de provisão para manutenção.....	-	(5.515)	
Atualização monetária de provisão para manutenção.....	-	3.123	
Obrigações com Poder Concedente.....	-	5.059	
Atualização monetária de depósitos judiciais.....	(30)	(12)	
Provisão e atualização monetária acordo de Leniência/Ex-executivos colaboradores.....	167	450	
Tributos diferidos.....	2.064	15.439	
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD.....	-	(427)	
Juros ativos - debêntures privadas/mútuo.....	(19.429)	(10.660)	
Provisão para imposto de renda e contribuição social.....	1.109	30.090	
Variação nos ativos operacionais:			
Clientes.....	74	12.390	
Tributos a recuperar.....	(2.014)	(7.152)	
Despesas antecipadas.....	20	302	
Partes relacionadas - Clientes.....	-	(4)	
Depósitos judiciais.....	252	728	
Outros créditos e outras contas a receber.....	561	662	
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores.....	(5.450)	2.066	
Obrigações sociais e trabalhistas.....	(3.242)	1.272	
Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	(798)	(2.430)	
Partes relacionadas - fornecedores.....	(400)	(1.715)	
Pagamentos de provisão para perdas cíveis e trabalhistas.....	(2.593)	(5.884)	
Pagamento acordo de Leniência/Ex-executivos colaboradores.....	(4.940)	(20.359)	
Pagamento de provisão para manutenção.....	-	(39.115)	
Pagamento de obrigações com Poder Concedente.....	(44)	(6.062)	
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(1.109)	(33.622)	
Outras contas a pagar.....	(4.418)	2.453	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.....	(34.958)	114.225	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Partes Relacionadas - Debêntures privadas/mútuo.....	251.832	(69.897)	
Aplicações financeiras.....	92	2.894	
Aquisição de imobilizado.....	-	(49)	
Aquisição de intangível.....	-	(21.273)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento.....	251.924	(88.325)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Redução de Capital.....	(174.693)	-	
Pagamento de arrendamentos.....	-	(598)	
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio.....	(44.152)	(91.552)	
Juros pagos de debêntures e arrendamentos.....	-	(16)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento.....	(218.845)	(92.166)	
Redução Líquida do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(1.879)	(66.266)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	2.918	69.184	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício.....	1.039	2.918	
Redução Líquida do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(1.879)	(66.266)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação: As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. 2.2. Moeda funcional de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados: a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 20). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descaamento contábil. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. c) Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas eram mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzidas de quaisquer estimativas de deduções. A receita era reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas eram pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhecia a receita quando o valor pudesse ser mensurado com segurança, era provável que benefício econômicos futuros fluiriam para

a Companhia e quando critérios específicos tivessem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseava suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A Companhia possuía sistema próprio de controle de passagens e fazia o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita era feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. f) Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia. g) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e vigentes: Não houve mudanças significativas nas normas internacionais de contabilidade em 2022. Embora o IASB tenha feito algumas alterações nas normas que se aplicam a partir de 1º de janeiro de 2022, elas são em grande parte esclarecimentos. Dessa forma, nenhuma das referidas alterações exigiu alteração nas políticas contábeis da Companhia, tampouco gerou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações. h) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. i) Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. j) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

4. Principais Usos de Estimativas e Julgamentos

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego (aplicado até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021); e • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis e trabalhistas e, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos (aplicado até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021). Contabilização do Contrato de Concessão: Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetuava análises que envolviam o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avaliava o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorreria quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não era reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão: A Companhia reconhecia o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão (ocorrido em 27 de novembro de 2021). O cálculo era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dava devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos econômicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego da rodovia e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utilizava modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção era reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que os mesmos podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Modos Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em

despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção eram realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhecia margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos: A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não havia ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos.....	3	10
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	699	1.824
Operações compromissadas (b)	189	961
Aplicações automáticas (c).....	148	123
	<u>1.039</u>	<u>2.918</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. (Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 100% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa 85% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (3,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF. (c) A Companhia possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. Aplicações Financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Recursos não vinculados	<u>36</u>	<u>128</u>
	<u>36</u>	<u>128</u>

Em 31 dezembro 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa de 103,4% do CDI em 31 dezembro 2022, vinculado ao fundo de investimento, remunerado à taxa média ponderada de 103,4% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui Liquidez Diária. Em 31 de dezembro de 2021, os recursos referiam-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerados à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possuía carência até 13 de junho de 2022.

7. Clientes

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias. A composição está assim representada:

	31/12/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico (a).....	-	74
Receitas acessórias (b).....	1	1
Outras contas a receber	-	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
	<u>-</u>	<u>74</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão. (c) O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "*aging list*" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	-	74
Vencidos:.....		
Acima de 120 dias.....	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>1</u>	<u>75</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	(1)	(428)
Valores recuperados e baixados	-	460
Constituição de PECLD	-	(33)
Saldo no fim do exercício	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>

8. Depósitos Judiciais

A natureza dos depósitos judiciais é:

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Natureza</u>		
Cível	21	84
Trabalhista	<u>605</u>	<u>764</u>
	<u>626</u>	<u>848</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas nas Nota Explicativa nº 16 Provisão para Perdas Cíveis e Trabalhistas.

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	848	1.564
Adições.....	258	120
Baixas.....	(510)	(848)
Atualização monetária	<u>30</u>	<u>12</u>
Saldo no fim do exercício	<u>626</u>	<u>848</u>

9. Imobilizado

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

Continuação
 Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Máqui- nas e equipa- mentos	Móveis e utensílios	Veí- culos	Ter- renos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	-	-	-	-	-	-
Custo						
Saldos em 31/12/2021...	13.629	2.999	1.314	65	96	2.427
Baixas (*).....	(13.629)	(2.999)	(1.314)	(65)	(96)	(2.427)
Saldos em 31/12/2022....	-	-	-	-	-	-

Depreciação						
Saldos em 31/12/2021...	(13.073)	(2.369)	(1.195)	(52)	-	(2.219)
Adições.....	(123)	(71)	(12)	(8)	-	(59)
Baixas (*).....	13.196	2.440	1.207	60	-	2.278
Saldos em 31/12/2022....	-	-	-	-	-	-

Residual						
Em 31/12/2022	-	-	-	-	-	-
Em 31/12/2021	556	630	119	13	96	208

(*) De acordo com a Nota Explicativa nº 1, os bens do ativo imobilizado foram vendidos e/ou doados para instituições beneficentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

	Máqui- nas e equipa- mentos	Móveis e utensílios	Veí- culos	Ter- renos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	2,0	4,1	3,1	19,7	-	4,4
Custo						
Saldos em 31/12/2020...	13.666	2.999	1.310	57	48	2.427
Adições.....	37	-	4	8	-	-
Baixas.....	(3)	-	-	-	-	-
Transferências.....	(71)	-	-	48	-	-
Saldos em 31/12/2021...	13.629	2.999	1.314	65	96	2.427

Depreciação						
Saldos em 31/12/2020...	(12.859)	(2.246)	(1.154)	(40)	-	-
Adições.....	(273)	(123)	(41)	(12)	-	-
Transferências.....	59	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2021...	(13.073)	(2.369)	(1.195)	(52)	-	-
Residual						
Em 31/12/2021	556	630	119	13	96	208
Em 31/12/2020	807	753	156	17	48	316

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantias de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

10. Intangível

Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão era reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estavam disponíveis para uso, já que esse método era o que melhor refletia o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contratos de Concessão (I)	Intangível andamento	Software de terceiros	Direito de Uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - % ..	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - % ..	(ii)	-	-	-	-
Custo					
Saldos em 31/12/2021	436.093	-	2.438	1.699	440.230
Baixas.....	(88)	-	(2.438)	-	-
Saldos em 31/12/2022	436.005	-	-	1.699	437.704
Amortização					
Saldos em 31/12/2021	(436.093)	-	(2.159)	(1.699)	(439.951)
Adições.....	88	-	(86)	-	2
Baixas.....	-	-	2.245	-	2.245
Saldos em 31/12/2022	(436.005)	-	-	(1.699)	(437.704)
Residual					
Em 31/12/2022	-	-	-	-	-
Em 31/12/2021	-	-	279	-	279

	Contratos de Concessão (I)	Intangível andamento	Software de terceiros	Direito de Uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - % .	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - % .	(ii)	-	10,3	-	-
Custo					
Saldos em 31/12/2020	412.161	2.255	2.340	1.601	418.357
Adições.....	19.955	1.783	98	98	21.934
Baixas.....	(84)	-	-	-	(84)
Transferências.....	4.061	(4.038)	-	-	23
Saldos em 31/12/2021	436.093	-	2.438	1.699	440.230
Amortização					
Saldos em 31/12/2020	(361.056)	-	(1.913)	(1.111)	(364.080)
Adições.....	(74.978)	-	(246)	(588)	(75.812)
Transferências.....	(59)	-	-	-	(59)
Saldos em 31/12/2021	(436.093)	-	(2.159)	(1.699)	(439.951)
Residual					
Em 31/12/2021	-	-	279	-	279
Em 31/12/2020	51.105	2.255	427	490	54.277

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendiam basicamente a Infraestrutura Rodoviária. (ii) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2021 foram de 17,60% a.a. (não houve amortização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não houve capitalização referente a encargos financeiros de financiamentos vinculados a intangível em andamento.

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. a) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	31/12/2022
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas.....	2.046	-	(2.046)	-	(2.046)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD.....	1	-	(1)	-	-
Outros.....	17	-	(17)	-	(17)
IR e CS diferido - ativo/(passivo) ...	2.064	-	(2.064)	-	-
Receita (despesa) de IR e CS diferido.....					(2.064)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC32 - Tributos sobre o lucro, parágrafo 73, a Companhia registrou R\$2.064 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social.....	5.324	141.409
Alíquota fiscal vigente.....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(1.810)	(48.079)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores.....	(13)	(88)
Juros sobre capital próprio.....	-	2.570
Acordo de Leniência.....	(57)	(153)
Despesas indedutíveis.....	(5)	(3)
Incentivos fiscais (PAT).....	12	154
Créditos tributários não constituídos (*).....	(1.606)	-
Outros.....	306	70
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	(3.173)	(45.529)
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	1.109	(30.090)
Impostos diferidos.....	2.064	(15.439)
Taxa efetiva.....	59,60%	32,20%

(*) Em razão da finalização do Contrato de Concessão, não foram constituídos créditos tributários sobre o prejuízo fiscal, em virtude de não haver expectativa de realização futura.

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício provisão IR/CS.....	-	3.532
Despesa IR/CS DRE.....	1.109	30.090
Total de IR/CS pagos.....	(1.109)	(33.622)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	-	-

12. Passivo de Arrendamento

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial.....	-	500
Adições.....	-	98
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 20).....	-	16
Pagamento principal.....	-	(598)
Pagamento de juros.....	-	(16)
Saldo no fim do exercício	-	-

13. Partes Relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*). Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

		Ativo		Passivo	Resultado		
			Não		Receita	Receita	
Companhia	Natureza	Circu-	circu-	Circu-	de Juros	sobre	Des-
Ecorodovias		lante	lante	lante	sobre	Debên-	pesas
Concessões e					Mútuo <th>tures</th> <td></td>	tures	
Serviços S.A. (a)	Contro-	-	-	-	-	Privada	Custo
Ecorodovias	ladora						
Infraestrutura e							
Logística S.A. (b)	Contro-	-	-	32	-	-	-
CBB Ind. e Com.de	ladora						
Asfaltos e	Outras						
Engenharia	partes						
Ltda. (c)	relacio-	-	-	-	-	-	2.071
	nadas						-
TB Transportadora	Outras						
Betumes Ltda. (c)	partes	-	-	-	-	84	-
Ecorodovias	relacio-						
Concessões e	nadas						
Serviços S.A. (d)	Contro-	3.618	-	-	3.856	-	-
Total em 31 de	ladora						
dezembro de 2022		3.618	-	32	3.856	15.573	2.155
Total em 31 de							-
dezembro de 2021		236.021	15.952	432	513	10.147	15.410
							7.778

(a) Em 13 de maio de 2020, foi realizada a emissão de debêntures "Privada" em série única da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no valor nominal total de R\$151.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidiam juros remuneratórios de 100% do CDI over. Os juros e o principal foram pagos em parcela única na data do seu vencimento 04 de agosto de 2022. (b) O saldo refere-se a repasse de despesas entre as unidades.: (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda e a TB Transportadora de Betumes Ltda, pertencentes aos acionistas da CR Almeida Engenharia e Obras S.A., prestava serviço de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes era de R\$73.301. O prazo para execução desses trabalhos foi 30 de novembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 não há saldo a pagar em aberto. (d) O valor de R\$ 5.454 refere-se ao contrato de mútuo com a controladora ECS. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI + 1,80% a.a. com vencimento até 28 de fevereiro de 2023. **Remuneração dos administradores:** Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022 em R\$138 (R\$1.345 em 31 de dezembro de 2021). A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2023, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício a findar em 31 de dezembro de 2021 para R\$165, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração (fixa/variável).....	110	867
Remun. com base em ações (<i>Phantom Stock Option/ Restricted Stock</i>).....	-	(118)
Seguro de vida.....	1	3
Assistência saúde.....	15	88
Previdência privada.....	-	-
FGTS.....	9	33
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>)).....	30	113
	165	986

14. Provisão para Manutenção

Os valores registrados como custo de provisão de manutenção referiam-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada ante de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações foram registrados a valor presente com a taxa de 8,88% ao ano até 31 de dezembro de 2020, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2022 não houve constituição de provisão devido a finalização do Contrato de Concessão. Os valores eram provisionados por trecho, e as intervenções ocorriam, em média, a cada quatro anos.

	Estorno	Paga- mento	Efeito finan- ceiro	31/12/2021
31/12/2020	(custo)			
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19).....	180.710	(5.515)	-	-
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº19).....	(24.032)	-	-	(24.032)
Realização da manutenção.....	(136.079)	-	(39.115)	-
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 20).....	20.908	-	-	3.123
	41.507	(5.515)	(39.115)	3.123
Circulante	41.507	-	-	-
Não circulante.....	-	-	-	-

15. Obrigações com Poder Concedente

	31/12/2022	31/12/2021
Parcelas:		
Verba Polícia Rodoviária (a)	324	368
	324	368
Circulante	324	368
(a) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária, e a finalização do pagamento está condicionada a necessidade da Polícia Rodoviária. Aguarda-se a indicação da referida instituição para a finalização dos pagamentos. A movimentação está demonstrada a seguir:		
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	368	808
Custo (vide Nota Explicativa nº 20)	-	5.059
Intangível	-	563
Pagamento do principal	(44)	(6.062)
Saldo no final do exercício	324	368

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná - AGEPAR, em 10 de novembro de 2020, proferiu decisões em processos administrativos de autotutela em face das Concessionárias em razão do entendimento de que os critérios referentes aos cálculos de depreciação e de grau de pista dupla haviam sido realizados de maneira equivocada. Com isso determinou-se a realização de estudos, pelo DER de nova base tarifária para restabelecimento da equação contratual. A Companhia interpos ação judicial para anular tais decisões, ambas com sentenças proferidas favoravelmente a tese das Concessionárias. A AGEPAR opôs recurso de ambas as sentenças, acerca dos quais se aguarda julgamento. Com base nos mesmos processos administrativos de autotutela perpetrados pela AGEPAR foi apresentada denúncia, pelo Dep. Estadual Soldado Fruet junto ao TCE, contra a Companhia e demais Concessionárias do anel de integração do Paraná. Deferida liminar pelo Relator declarando inidoneidade das concessionárias e proibição de contratar com o Estado do Paraná até o julgamento do mérito, decisão atacada por recurso pelas Concessionárias. Apresentada defesa na esfera administrativa. Em 02 de março de 2022 a Coordenadoria de Gestão Estadual apresentou instrução questionando os elementos apresentados pelo denunciante, opinando pela revogação da liminar. Em decisão saneadora o Conselheiro Relator determinou a intimação das empresas que integram o Grupo Econômico das Concessionárias, em razão do encerramento de vigência dos Contratos de Concessão. Em setembro de 2022 as partes foram intimadas para apresentar todos os atos societários desde a sua constituição para viabilizar a citação dos Controladores. Em 09 de setembro de 2022 as Concessionárias apresentaram a documentação requerida. Aguarda-se a expedição das citações aos Controladores para que integrem o processo. Em 08 de novembro de 2022 foi publicada decisão do Colegiado do TCE acolhendo os recursos das concessionárias e revogando a liminar anteriormente concedida. O Colegiado do TCE entendeu que não havia fundamentos para se manter a liminar anteriormente concedida. **Seguros contratados:** A Companhia contratou Seguro Garantia para execução de obras do Acordo de Leniência. Em 31 de dezembro de 2022, as apólices e coberturas, são como segue:

Natureza	Início Vigência	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Construção.....	31/07/2022	31/07/2023	HDI Seguros	5.880
				<u>5.880</u>

16. Provisão para Perdas Cíveis e Trabalhistas

Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	5.152	867	6.019
(+/-) Complemento (reversão) de provisão.....	(124)	362	238
(-) Pagamentos.....	(1.641)	(952)	(2.593)
(+) Atualização monetária	1.003	57	1.060
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	<u>4.390</u>	<u>334</u>	<u>4.724</u>

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	7.402	3.705	11.107
(+/-) Complemento (reversão) de provisão.....	(22)	(519)	(541)
(-) Pagamentos.....	(3.250)	(2.634)	(5.884)
(+) Atualização monetária	1.022	315	1.337
Saldos em 31 de dezembro de 2021.....	<u>5.152</u>	<u>867</u>	<u>6.019</u>

(a) **Processos cíveis:** O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$7.016 em 31 de dezembro de 2022 (R\$5.259 em 31 de dezembro de 2021), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. (b) **Processos trabalhistas:** O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de Dezembro de 2022, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$857 (R\$1.760 em 31 de dezembro de 2021), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços. Este processo aguarda a realização de audiência, mas a Companhia estima como classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

17. Patrimônio Líquido

a) **Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R\$3.641 (R\$163.641 em 31 de dezembro de 2021), representado por 3.341.028 ações ordinárias (163.641.000 em 31 de dezembro de 2021), nominativas e sem valor nominal respectivamente, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 07 de julho de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou: (i) a capitalização de reservas de lucros e de capital, sendo: a capitalização da reserva legal, no montante de R\$14.169, e da reserva de capital do plano de opções com base em ações, no montante de R\$524, sem modificação no número de ações; e (ii) a redução de capital de R\$174.693, com o cancelamento de 160.299.972 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, através da restituição a controladora do montante total. b) **Reserva de lucros - legal:** É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$728 (R\$14.897 em 31 de dezembro de 2021). c) **Reserva de lucros - Orçamento de Capital:** Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2022 é de R\$3.720. O referido valor constituído com base no resultado de 31 de dezembro de 2022, será referendado na Assembleia Geral Ordinária que será convocada pela administração para os primeiros quatro meses de 2023. d) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$44.152 refere-se a: (i) R\$3.689 de juros sobre o capital próprio do exercício de 2021; e (ii) R\$40.463 dividendos remanescentes do exercício de 2021, ambos aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2022. O saldo de R\$538 de dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (conforme quadro abaixo), está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses. O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos são como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício.....	2.152	95.880
Constituição da reserva legal	-	(4.794)
Base de cálculo dos dividendos	<u>2.152</u>	<u>91.086</u>
Proposta da Administração:		
Reserva orçamento de capital.....	(1.614)	-
Juros sobre o capital próprio pagos	-	(7.559)
Dividendos intermediários	-	(43.064)
Dividendos mínimos obrigatórios	(538)	-
Dividendos adicionais propostos.....	-	(40.463)

18. Receita Líquida

Política contábil: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	-	78.576
Pedágio por equipamento eletrônico (a).....	-	157.365
Vale-pedágio	-	69.539
Outras.....	-	208

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção (b)	-	305.688
Receitas acessórias (c)	-	14.200
Receita bruta	-	453
Deduções da receita bruta	-	(320.341)
Receita líquida.....	-	<u>(26.876)</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	-	305.688
Receitas acessórias	-	453
Deduções		
Cofins (3%)	-	(9.219)
PIS (0,65%)	-	(1.997)
ISS (2% a 5%)	-	(15.295)
Abatimentos.....	-	(365)
	<u>-</u>	<u>(26.876)</u>

a) Referia-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços era reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia prestava mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida era alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos c) As receitas acessórias referiam-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

19. Custos e Despesas Operacionais - Por Natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal.....	1.900	12.925
Conservação e manutenção e outros.....	1.079	15.625
Serviços de terceiros (*)	9.161	36.783
Seguros	179	1.249
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 15)	-	5.059
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 14).....	-	(5.515)
Custo de construção de obras.....	-	14.200
Depreciações e amortizações (vide Nota explicativa nº 9 e 10).....	271	76.369
Locação de imóveis e máquinas	90	175
Outros custos e despesas operacionais.....	884	3.752
	<u>13.564</u>	<u>160.622</u>

Classificados como:

Custo dos serviços prestados	-	141.987
Despesas gerais e administrativas	13.564	18.635
	<u>13.564</u>	<u>160.622</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções e serviços de consultoria e assessoria.

20. Resultado Financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	190	3.380
Atualização monetária depósitos judiciais.....	30	12
Juros sobre mútuo	3.856	513
Receita sobre debêntures privadas.....	15.573	10.147
Outras receitas financeiras.....	1.033	-
	<u>20.682</u>	<u>14.052</u>

Despesas financeiras:		
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção	-	(3.123)
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	230	(653)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas	(1.060)	(1.337)
Juros sobre arrendamento mercantil	-	(16)
Outras despesas financeiras	(239)	(1.659)
	<u>(1.069)</u>	<u>(6.788)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>19.613</u>	<u>7.264</u>

21. Lucro Por Ação

a) **Lucro básico por ação:** O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	2.151	95.880
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>114.014</u>	<u>163.641</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,02</u>	<u>0,59</u>

b) **Lucro diluído por ação:** A Companhia não possui dívida conversível em ações.

22. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros

Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados. **Índices de endividamento**

	31/12/2022	31/12/2021
Dívida (a)	324	368
Caixa e equivalentes de caixa	(1.039)	(2.918)
Dívida líquida	(715)	(2.550)
Patrimônio líquido (b)	6.521	219.525
Índice de endividamento líquido	(0,11)	(0,01)

(a) A dívida é definida como passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhadas nas Notas Explicativas nºs 12 e 15. (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa e operações comprometidas, remunerados a taxa média ponderada de 99,6% em 31 de dezembro de 2022 do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. (Em 31 de dezembro de 2021 era 96,8% do CDI). • Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. **Valor justo de ativos e passivos financeiros:** Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e bancos (i).....	3	3
Aplicações financeiras (i).....	1.072	1.072
Passivos:		
Fornecedores (ii)	1.045	1.045
Obrigações com Poder Concedente (iii).....	324	324

(i) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (ii) Os saldos da rubrica "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela

Companhia. (iii) Os passivos de arrendamento e as obrigações com Poder Concedente estão registradas ao custo amortizado na data do balanço. **Gestão de riscos:** A estratégia de gestão de riscos envolve cinco linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico..	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência; Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Operacional	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Financeiro...	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Compliance.	Imagem, credibilidade e reputação.
Reputacional	

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: • Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e • Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco. A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executada na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente. A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizada predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças. Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, *Compliance* e *Reputacional*. No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco "rating" AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (R\$6.151 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **Análise de sensibilidade** -Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós- -fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das aplicações financeiras contratadas pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	91	114	137

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	12,40%	15,50%	18,60%

Fonte: Relatório da Consultoria LCA - Dezembro/2022.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

23. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transações que não envolvem caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não realizou atividades que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso - CPC 06 (R2).....	-	98

24. Informação Por Segmento De Negócio

A operação da Companhia consistia na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia era dentro do território brasileiro, as receitas eram provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribuía de forma significativa para as receitas da Companhia.

25. Evento Subsequente

Decisão Supremo Tribunal Federal (STF): Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie no sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Administração da Companhia, realizou levantamento e análise das matérias e concluiu que as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) prolatadas nos Recursos Extraordinários 949297 (Tema 881) e 955227 (Tema 885), que relativizaram a coisa julgada, não impactam o cenário jurídico-tributário da Companhia.

Conselho de Administração		Diretoria	
Membros Efetivos:	MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA)	Diretor Presidente - RUI JUAREZ KLEIN	Dir. Superintendente - SILVIO CALDAS
	ALBERTO LUIZ LODI		
	RUI JUAREZ KLEIN		
	RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES		
		Contador: HUGO ROAFAEL MITZ	
		CRC 1PR050369/O-4 Tº PR	

Continuação

Aos Administradores e Acionistas
CECM Concessões S.A.
(Anteriormente denominada Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.)

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da CECM Concessões S.A. (Anteriormente denominada Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.) (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CECM Concessões S.A. (Anteriormente denominada Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.) em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Conforme divulgado na Nota 1, o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente finalizou em novembro de 2021 e, portanto, a Companhia não tem mais o direito de obter os benefícios econômicos futuros desta concessão. A Companhia divulgou os impactos na respectiva nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Governo do Paraná leva palestrantes e expõe serviços na Smart City Expo Curitiba 2023

Curitiba - O Governo do Paraná vai participar ativamente da Smart City Expo Curitiba 2023, versão brasileira do maior evento de cidades inteligentes do mundo, que será realizado entre os dias 22 e 24 de março no Centro de Eventos Positivo (Parque Barigui). A abertura contará com a presença do governador Carlos Massa Ratinho Junior e quatro representantes estão entre os palestrantes Marcelo Rangel, secretário de Inovação, Modernização e Transformação Digital; Eduardo Pimentel, secretário de Cidades; Giancarlo Rocco, diretor de Relações Internacionais e Institucionais da Invest Paraná; e Jonny Stica, assessor da presidência da Fomento Paraná.

Organizado pelo iCities, hub brasileiro de negócios em cidades inteligentes, com chancela internacional da Fira Barcelona e apoio da Prefeitura de Curitiba, o evento transformará a capital paranaense no centro de discussões internacionais sobre soluções urbanas. A quarta edição do evento terá um dia a mais e a expectativa é de reunir 15 mil pessoas. A edição de 2023 terá como tema “Cidades que conectam pessoas e tecnologias”.

A Secretaria Estadual da Inovação, Modernização e Transformação Digital, criada na segunda gestão, comandará as ações do Estado na feira em um espaço compartilhado com Fomento Paraná,

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Fundação Araucária, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Tecpar, Celapar, Copel, Sanepar, Detran, Compagas, Separtec e ecossistemas locais de inovação. A ideia é apresentar aos convidados e visitantes insights sobre o setor e a transformação digital do Estado.

O Estado do Paraná tem um dos melhores ambientes de inovação do Brasil, com programas estaduais de fomento e conexão de startups e empresa, linhas de crédito com juros reduzidos, plataformas e arranjos de pesquisa de conexão de pesquisadores, sete universidades estaduais com agências de desenvolvimento sustentável, chamadas públicas para incentivo à transformação energética e serviços digitais para a população.

“Cidades cada vez mais inteligentes e inclusão digital fazem parte da nossa missão, que é dar oportunidade aos paranaenses em todas as áreas. Estamos levando a cultura de inovação para todos os órgãos do governo, usando ela para auxiliar nas demandas dos municípios, estimulando melhorias no dia a dia do cidadão paranaense. Cada vez mais queremos conectar incubadoras de tecnologia, startups, pesquisadores, técnicos do Estado, para potencializar a nossa economia.



Essa vai ser uma das missões da participação na Smart City”, destaca Marcelo Rangel.

SMART CITY

O Smart City Expo Curitiba faz parte de uma rede mundial de eventos, originada do maior e mais importante evento de cidades inteligentes do mundo, o Smart City Expo World Congress, organizado todos os anos pela Fira Barcelona. A edição de 2022 reuniu 10,2 mil pessoas de 30 nacionalidades, além de 95 palestrantes de 10 países e representantes de 50 empresas, que geraram cerca de R\$ 40 milhões em potencial de negócios.

Paranhos faz palestra em Fórum de Prefeitos

O prefeito de Cascavel, Leonaldo Paranhos, foi um dos palestrantes do “Fórum de Prefeitos: Cidades Sustentáveis”, evento organizado pelo Fonplata, ontem (16), em Brasília. Ele participou do painel “A importância de medir os riscos climáticos em projetos sustentáveis”, quando abordou assuntos como o desassoreamento do Lago Municipal de Cascavel e outras ações realizadas na cidade e consideradas referências para o País.

Paranhos fez uma breve apresentação da cidade de Cascavel e enumerou as principais ações de desenvolvimento urbano sustentável. O evento é internacional, com participação de cidades brasileiras e representantes de outros países. “Cascavel foi escolhida para estar aqui falando sobre aquilo que está acontecendo na nossa cidade. É muita honra Cascavel ter sido escolhida para estar no palco falando sobre o nosso desenvolvimento, aquilo que nós temos feito em Cascavel”, afirmou o prefeito.

Em sua explanação, Paranhos também falou sobre os Ecopontos, usina de biogás, projetos de parques ambientais, entre outros assuntos. O objetivo do “Fórum de prefeitos: cidades sustentáveis” é compartilhar boas práticas de desenvolvimento sustentável, promover a transferência e adaptação de tecnologias e conhecimento aplicado em questões de finanças climáticas.

RDC Concessões S.A.

(anteriormente denominada Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas)

CNPJ/MF nº 02.228.721/0001-89

JORNAL
OPARANA S.A.
21819026000136

Assinado digitalmente por JORNAL OPARANA S A:
21819026000136
DN: C=BR, S=PR, L=CASCADEL, O=ICP-Brasil,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=RFB e-CNPJ A1, OU=AR CERTLINE
SOLUCOES EM CERTIFICADOS, OU=Presencial,
OU=19104167000120, CN=JORNAL OPARANA S A:
21819026000136
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Cascavel -PR
Data: 2023-03-17 08:18:29
Foxit Reader Versão: 9.3.0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas: A Administração da RDC Concessões S.A. (anteriormente denominada Rodovia das Cataratas S.A.- Ecocataratas), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. **Mensagem da Administração:** A RDC Concessões S.A. (“RDC” ou “Companhia”), foi constituída em 03 de novembro de 1997 sob a forma de Sociedade de Propósito Específico, e tendo por objeto social, único e exclusivo, a exploração do Lote 003, conforme disposto no Contrato de Concessão resultante da concorrência pública internacional 003/96 - DER/PR (o “Contrato de Concessão”), concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, as obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. O Contrato de Concessão, com o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR, assinado em 14 de novembro de 1997, possuía prazo final em 27 de novembro de 2021. Em 11 de abril de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou: (a) a alteração da razão social da Companhia para RDC Concessões S.A.; (b) o endereço da sede para Rua Paraguai, 605, sala 4, bairro Alto Alegre, na cidade de Cascavel - PR; e (c) o objeto social da Companhia para: (i) a exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário, inclusive a prestação de serviços para concessionárias, aquisição de participações acionárias em concessões e/ou compra e

venda de créditos relacionados a concessões de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins; (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionadas aos negócios referidos no item anterior; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive incorporação e exportação; e (iv) a participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas. A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a RDC agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros. **PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras. **RESULTADOS:** Considerando que o contrato de concessão da Companhia, encerrou-se em 27 de novembro de 2021, a Administração da Companhia não apresenta valores comparativos, uma vez que em 2022 não houve operação relacionada ao contrato de concessão. **OPERACIONAIS:** Conforme descrito acima, não há dados operacionais no ano de 2022. **ECONÔMICOS E FINANCEIROS: RECEITA BRUTA E LÍQUIDA:** Em 2022, não houve valores de receita bruta e/ou líquida. Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº 19 da Demonstração Financeira da Companhia. **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$6,0 milhões em 2022. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$6,3 milhões. Para mais informações sobre os Custos e Despesas

Operacionais, vide Nota Explicativa nº 20 da Demonstração Financeira da Companhia. **EBITDA:** Em 2022, o EBITDA atingiu R\$7,7 milhões negativos. **RESULTADO FINANCEIRO:** O resultado financeiro líquido foi de R\$16,1 milhões, aumento de R\$16,5 milhões em relação a 2021, devido, principalmente, aos juros ativos sobre as debêntures privadas. Para mais informações sobre o resultado Financeiro, vide Nota Explicativa nº 21 da Demonstração Financeira da Companhia. **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:** Em 2022, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$5,2 milhões. **DISPONIBILIDADE FINANCEIRA:** A Companhia encerrou o exercício de 2022 com saldos distribuídos entre caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$2,5 milhões. **GOVERNANÇA CORPORATIVA:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri. **RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES:** Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2022: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”). Os honorários relativos ao exercício de 2022 totalizaram R\$56,9 mil. **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:** A Diretoria da RDC Concessões S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício findo em dezembro de 2022.

Cascavel - PR, 15 de março de 2023.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais - R\$)							
	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021		Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	2.475	3.242	Fornecedores		780	10.816
Aplicações financeiras.....	6	26	35	Impostos, taxas e contribuições a recolher		394	1.650
Clientes.....	7	-	177	Obrigações sociais e trabalhistas.....		885	3.310
Tributos a recuperar.....		9.236	8.463	Partes relacionadas.....	14	32	2.386
Despesas antecipadas.....		106	45	Obrigações com Poder Concedente.....	16	51	262
Partes relacionadas.....	14	-	243.903	Dividendos a pagar.....	18.d)	1.240	-
Outros créditos		13.959	11.624	Outras contas a pagar.....		18	34
Total do ativo circulante		25.802	267.489	Acordo de Leniência.....	16.b)	1.852	68.183
				Total do passivo circulante		5.252	86.641
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Tributos diferidos	11.a)	-	1.195	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	17	3.021	3.495
Depósitos judiciais.....	8	646	692	Outras contas a pagar		4.746	8.937
Imobilizado	9	20	2.575	Total do passivo não circulante		7.767	12.432
Intangível	10	-	675	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		666	5.137	Capital social	18.a)	9.468	250.968
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações	18.a)	-	748
				Reserva de lucro - legal.....	18.b)	261	-
				Reserva de lucro - orçamento de capital.....	18.c)	3.720	-
				Prejuízos acumulados	18.a)	-	(78.163)
				Total do patrimônio líquido.....		13.449	173.553
TOTAL DO ATIVO		26.468	272.626	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.468	272.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)							
	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital Plano de opção com base em ações	Reservas de lucros Legal	Orçamento de capital	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		250.968	748	-	-	(126.035)	125.681
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	47.872	47.872
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		250.968	748	-	-	(78.163)	173.553
Absorção prejuízo conforme AGE 07/07/2022	18.a)	(77.415)	(748)	-	-	78.163	-
Redução de capital conforme AGE 07/07/2022	18.a)	(172.585)	-	-	-	-	(172.585)
Aporte de capital	18.a)	8.500	-	-	-	-	8.500
Lucro do exercício		-	-	-	-	5.221	5.221
Destinação do lucro:							
Reserva legal.....	18.b)	-	-	261	-	(261)	-
Dividendos obrigatórios.....	18.d)	-	-	-	-	(1.240)	(1.240)
Constituição de reserva - Orçamento de capital	18.c)	-	-	-	3.720	(3.720)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		9.468	-	261	3.720	-	13.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)	
---	--

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A RDC Concessões S.A. (anteriormente denominada Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas) (“RDC” ou “Companhia”), foi constituída em 03 de novembro de 1997 sob a forma de Sociedade de Propósito Específico, e tendo por objeto social, único e exclusivo, a exploração do Lote 003, conforme disposto no Contrato de Concessão resultante da concorrência pública internacional 003/96 - DER/PR (o “Contrato de Concessão”), concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, as obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. O Contrato de Concessão, com o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR, assinado em 14 de novembro de 1997, possuía prazo final em 26 de novembro de 2021. Em 11 de abril de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou: (a) a alteração da razão social da Companhia para RDC Concessões S.A.; (b) o endereço da sede para Rua Paraguai, 605, sala 4, bairro Alto Alegre, na cidade de Cascavel - PR; e (c) o objeto social da Companhia para: (i) a exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário, inclusive a prestação de serviços para concessionárias, aquisição de participações acionárias em concessões e/ou compra e venda de créditos relacionados a concessões de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins; (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionadas aos negócios referidos no item anterior; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive incorporação e exportação; e (iv) a participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas. As ações da Companhia são de titularidade da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. A respeito da finalização do Contrato de Concessão, em novembro de 2021, a Companhia esclarece que as principais rubricas de seu balanço patrimonial (intangível e provisão para manutenção) foram totalmente realizadas conforme suas naturezas até a data de encerramento do Contrato de Concessão. No que tange as Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, Tributos Diferidos sobre as provisões e obrigações decorrentes do Acordo de Leniência, os saldos poderão permanecer em aberto e baixados conforme as liquidações dos referidos processos. Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia finalizou os procedimentos de entrega, para reversão, de todos os bens da Concessão ao Poder Concedente, tais como: a rodovia e suas faixas marginais, as edificações: praças de pedágio, postos de pesagem de veículos, bases de atendimento ao usuário, unidades de conservação e terrenos destinados às atividades vinculadas a Concessão (bens classificados como Ativo Intangível conforme Nota Explicativa nº 10), de acordo com as cláusulas XXXII e XXXIII do Contrato de Concessão, tendo cumprido assim todas as cláusulas contratuais. Os bens considerados

não reversíveis, tais como: *hardwares*, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos e outros (classificados como Ativo Imobilizado conforme Nota Explicativa nº 9) e *softwares* (classificados como Ativo Intangível conforme Nota Explicativa nº 10), foram vendidos ou doados para instituições beneficentes até o final do exercício de 2022. Em 15 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19: Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo EcoRodovias vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos estaduais e federal em que o Grupo atua. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende que não há outros impactos relevantes a serem comentados, uma vez que não possui mais operação desde novembro/2021, quando se encerrou o Contrato de Concessão da Companhia. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia, uma vez que não possui mais operação desde novembro/2021, quando se encerrou o Contrato de Concessão da Companhia. c) Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - *Environmental, Social and Governance*): A estratégia do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, para a abordagem das mudanças climáticas segue duas vertentes. A primeira, focada na mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), estabelece diretrizes para a redução das emissões decorrentes das suas atividades de concessão rodoviária e portuária. Ao longo de 2022, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alçances de um plano de descarbonização, considerando uma perspectiva de longo prazo (2030). Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. A segunda vertente versa sobre os impactos decorrentes das mudanças climáticas - adaptação. O Grupo EcoRodovias estabeleceu estudos neste sentido, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos. Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda de receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos), custos diretos para saneamento do evento, seguros, jurídicos e de

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)			
	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	19	-	360.273
Custo dos serviços prestados	20	-	(238.993)
LUCRO BRUTO		-	121.280
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	20	(6.017)	(22.945)
Outras receitas, líquidas		(1.449)	27
LUCRO/(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(7.466)	98.362
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	20.035	14.394
Despesas financeiras	21	(3.892)	(14.783)
		16.143	(389)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		8.677	97.973
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes.....	11.b)	(2.261)	-
Diferidos	11.a)	(1.195)	(50.101)
		(3.456)	(50.101)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.221	47.872
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO E DILUÍDO	22	0,03	0,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais - R\$)		
	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.221	47.872
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO.....	5.221	47.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (em milhares de reais - R\$)		
	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício.....	5.221	47.872
Ajustes para reconciliar o lucro líquido/(prejuízo).....		
com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	(237)	148.867
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível.....	2.485	854
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-	50
Provisão e atualização monetária para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	477	901
Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção.....	-	(2.497)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(17)	(451)
Obrigações com Poder Concedente	-	5.723
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(27)	(12)
Tributos diferidos	1.195	50.101
Juros ativos - debêntures privadas/mútuos	(18.485)	(10.625)
Atualização Monetária Acordo de Leniência	3.238	2.667
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes.....	194	11.723
Partes relacionadas - clientes	-	4
Tributos a recuperar.....	(773)	(8.414)
Despesas antecipadas	(61)	1.541
Depósitos judiciais	73	658
Outros créditos	(1.353)	(9.125)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(10.036)	2.760
Obrigações sociais e trabalhistas.....	(2.425)	909
Partes relacionadas - fornecedores.....	(2.354)	16
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(1.256)	(2.169)
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(951)	(4.570)
Pagamento de provisão para manutenção	-	(110.634)
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(211)	(10.287)
Outras contas a pagar	(4.207)	5.358
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(628)
Pagamento Acordo de leniência	(69.569)	(62.596)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(99.079)	57.996
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	-	(342)
Aquisição de intangível.....	-	(23.437)
Aplicações financeiras	9	2.040
Partes relacionadas - Debêntures privadas/mútuos.....	262.388	(79.877)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	262.397	(101.616)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aporte de capital	8.500	-
Redução de capital	(172.585)	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e arrendamentos ..	-	(1.539)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-	(50)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento.....	(164.085)	(1.589)
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(767)	(45.209)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.242	48.451
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.475	3.242
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(767)	(45.209)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continuação
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

muitas. Os resultados dos trabalhos foram incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados: a) Instrumentos financeiros" Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 21). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. c) Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que ocorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes

dos direitos de concessão: Essas receitas eram mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzidas de quaisquer estimativas de deduções. A receita era reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas eram pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhecia a receita quando o valor pudesse ser mensurado com segurança, era provável que benefício econômicos futuros fluiriam para a Companhia e quando critérios específicos tivessem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseava suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A Companhia possuía sistema próprio de controle de passagens e fazia o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita era feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. f) Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). g) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e vigentes: Não houve mudanças significativas nas normas internacionais de contabilidade em 2022. Embora o IASB tenha feito algumas alterações nas normas que se aplicam a partir de 1º de janeiro de 2022, elas são em grande parte esclarecimentos. Dessa forma, nenhuma das referidas alterações exigiu alteração nas políticas contábeis da Companhia, tampouco gerou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações. h) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. i) Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. j) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Taxa de amortização: A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego (aplicado até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021); e • Provisões: A determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos (aplicado até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021). **Contabilização do Contrato de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetuava análises que envolviam o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avaliava o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorria quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não era reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:** A Companhia reconhecia o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão (ocorrido em 26 de novembro de 2021). O cálculo era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dava devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego da rodovia

e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utilizava modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção era reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICP/C01 (Interpretação) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, esta realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção eram realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhecia margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não havia ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos.....	4	171
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a).....	515	493
Operações compromissadas (b)	1.799	2.442
Aplicações automáticas (c).....	157	136
	<u>2.475</u>	<u>3.242</u>

a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa e de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. (Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 100% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB)). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 85% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (83,9% em 31 de dezembro de 2021), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF. c) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicações automáticas, nas quais os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência, podendo variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2022	31/12/2021
Recursos não vinculados	26	35
	<u>26</u>	<u>35</u>

Em 31 dezembro 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento, remunerado à taxa média ponderada de 103,4% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui Liquidez Diária. Em 31 de dezembro de 2021, os recursos referiam-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerados à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possuía carência até 13 de junho de 2022.

7. CLIENTES

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico (a).....	-	144
Receitas acessórias (b).....	-	49
Outras contas a receber	577	578
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c).....	(577)	(594)
	<u>-</u>	<u>177</u>

a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. c) O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "*aging list*" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	-	146
Vencidos:		
Até 30 dias.....	-	48
Acima de 120 dias.....	577	577
	<u>577</u>	<u>771</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	(594)	(1.045)
Valores recuperados e baixados	41	1.665
Constituição de PECLD	(24)	(1.214)
Saldo no fim do exercício	<u>(577)</u>	<u>(594)</u>

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais é:

	31/12/2022	31/12/2021
Natureza		
Cível	499	503
Trabalhista	147	189
	<u>646</u>	<u>692</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas. As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 17 Provisão para Perdas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias.

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	692	1.338
Adições.....	-	182
Baixas.....	(73)	(840)
Atualização monetária.....	27	12
Saldo no fim do exercício	<u>646</u>	<u>692</u>

9. IMOBILIZADO

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisitos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

■ continuação

Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Máquinas e <i>Hardwares</i>	equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	-	-	-	-	-	-

CUSTO						
Saldos em 31/12/2021.....	14.437	4.827	1.753	8.775	5.821	35.613
Baixas (*).....	(14.363)	(4.827)	(1.737)	(8.775)	(5.820)	(35.522)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022.....	74	-	16	-	1	91

DEPRECIAÇÃO						
Saldos em 31/12/2021.....	(13.753)	(3.874)	(1.543)	(8.320)	(5.548)	(33.038)
Adições.....	(159)	(99)	(34)	(202)	(75)	(569)
Baixas (*).....	13.855	3.973	1.564	8.522	5.622	33.536
Saldos em 31/12/2022.....	(57)	-	(13)	-	(1)	(71)

RESIDUAL						
Em 31/12/2022	17	-	3	-	-	20
Em 31/12/2021	684	953	210	455	273	2.575

(*) De acordo com a Nota Explicativa nº 1, os bens do ativo imobilizado foram vendidos e/ ou doados para instituições beneficentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

	Máquinas e <i>Hardwares</i>	Móveis e equipamentos	utensílios	Veículos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	2,4	4,0	6,0	4,7	2,6	-

CUSTO						
Saldos em 31/12/2021.....	14.298	4.767	1.755	8.633	6.022	35.475
Adições.....	139	61	-	142	-	342
Baixas.....	-	(1)	(2)	-	-	(3)
Transferências	-	-	-	-	(201)	(201)
Saldos em 31/12/2021.....	14.437	4.827	1.753	8.775	5.821	35.613

DEPRECIAÇÃO						
Saldos em 31/12/2020.....	(13.401)	(3.681)	(1.438)	(7.913)	(5.590)	(32.023)
Adições.....	(352)	(194)	(106)	(407)	(151)	(1.210)
Baixas.....	-	1	1	-	-	2
Transferências	-	-	-	-	193	193
Saldos em 31/12/2021.....	(13.753)	(3.874)	(1.543)	(8.320)	(5.548)	(33.038)

RESIDUAL						
Em 31/12/2021	684	953	210	455	273	2.575
Em 31/12/2020	897	1.086	317	720	432	3.452

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantias de qualquer natureza. A administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não forma identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

10. INTANGÍVEL

Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão era reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estavam disponíveis para uso, já que esse método era o que melhor refletia o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contratos de Concessão (I)	Intangível de andamento	Software de terceiros	Direito de Uso - Outros	CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	-	-	-	-

CUSTO						
Saldos em 31/12/2021	856.124	-	4.194	14	2.783	863.115
Baixas.....	(984)	-	(4.194)	-	-	(5.178)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022.....	855.140	-	-	14	2.783	857.937

AMORTIZAÇÃO						
Saldos em 31/12/2021	(856.124)	-	(3.520)	(13)	(2.783)	(862.440)
Adições.....	982	-	(175)	(1)	-	806
Baixas.....	2	-	3.695	-	-	3.697
Saldos em 31/12/2022.....	(855.140)	-	-	(14)	(2.783)	(857.937)

RESIDUAL						
Em 31/12/2022	-	-	-	-	-	-
Em 31/12/2021	-	-	674	1	-	675

	Contratos de Concessão (I)	Intangível de andamento	Software de terceiros	Direito de Uso - Outros	CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	7,4	35,7	-	-

CUSTO						
Saldos em 31/12/2020	826.402	5.272	4.058	14	2.508	838.254
Adições.....	22.498	2.604	136	-	275	25.513
Baixas.....	(853)	-	-	-	-	(853)
Transferências	8.077	(7.876)	-	-	-	201
Saldos em 31/12/2021	856.124	-	4.194	14	2.783	863.115

AMORTIZAÇÃO						
Saldos em 31/12/2020	(710.014)	-	(3.215)	(14)	(1.347)	(714.590)
Adições.....	(145.911)	-	(305)	(5)	(1.436)	(147.657)
Transferências	(199)	-	-	6	-	(193)
Saldos em 31/12/2021	(856.124)	-	(3.520)	(13)	(2.783)	(862.440)

RESIDUAL						
Em 31/12/2021	-	-	674	1	-	675
Em 31/12/2020	116.388	5.272	843	-	1.161	123.664

(I) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendiam basicamente a Infraestrutura Rodoviária. (II) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2021 foram de 17,27% (não houve amortização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não houve capitalização referente a encargos financeiros de financiamentos vinculados a intangível em andamento.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. a) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial		Resultado	
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	1.189	30	(1.219)	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD....	6	-	(6)	-
IR e CS Diferido - Ativo/(passivo)	1.195	30	(1.225)	-
Receita (despesa) de IR e CS Diferido	-	-	-	(1.195)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC32 - Tributos sobre o lucro, parágrafo 73, a Companhia registrou R\$1.195 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ ou pagamento da provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias. b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	8.677	97.973
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(2.950)	(33.311)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Despesas indedutíveis	(5)	-
Amortização de ágio	-	(4.559)
Incentivos fiscais (PAT)	51	-
Acordo de Leniência.....	(1.101)	(907)
Créditos tributários não constituídos (*)	-	(10.997)
Outros.....	549	(327)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.456)	(50.101)

	Ativo		Passivo		Resultado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Receita de Juros sobre Mútuo	Receita sobre Debêntures Privada	Recelita
Companhia						
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	-	-	-	-	15.367	-
CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda. (b) ..	-	-	-	-	-	9.924
TB Transportadora Betume Ltda. (b)	-	-	-	-	-	591
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	-	-	-	3.118	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística (d)	-	-	32	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2022	-	-	32	3.118	15.367	-
Total em 31 de dezembro de 2021	243.903	53.130	2.386	612	10.013	606

a) Em 13 de maio de 2020, foi realizada a emissão de debêntures "Privada" em série única da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no valor nominal total de R\$149.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over. Os juros e o principal serão pagos em parcela única na data do seu vencimento 04 de fevereiro de 2022. b) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda e a TB Transportadora de Betumes Ltda, pertencentes aos acionistas da CR Almeida Engenharia e Obras S.A., prestava serviço de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$ 70.697. O prazo para execução desses trabalhos será em 31 de janeiro de 2023. Não há saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022. c) O valor de R\$21.203 refere-se ao contrato de mútuo com a controladora ECS. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI + 1,80% a.a. com liquidação em 25 de outubro de 2022. d) O saldo refere-se a repasse de despesas entre unidades. **Remuneração dos administradores:** Na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2021, foi definido que não haveria pagamento de remuneração global anual dos administradores da Companhia para os exercícios de 2021. A remuneração de seu diretor estatutário é feita pela sua coligada CECM Concessões S.A. (anteriormente denominada Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.)

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referiam-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações foram registrados a valor presente com a taxa de 8,37% ao ano até 31 de dezembro de 2020, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2022, não houve constituição de provisão devido a finalização do Contrato de Concessão.

	31/12/2020	Estorno (custo)	Paga-mento	Efeito financeiro	31/12/2021
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 20)	562.324	(11.750)	-	-	550.574
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 20)	(124.465)	-	-	-	(124.465)
Realização da manutenção	(444.581)	-	(110.634)	-	(555.215)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 21)	119.853	-	-	9.253	129.106
	113.131	(11.750)	(110.634)	9.253	-

Circulante	113.131	-	-	-
------------------	---------	---	---	---

16. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2022	31/12/2021
Verba Polícia Rodoviária (a)	51	262
	51	262

(a) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia, e a finalização do pagamento está condicionada a necessidade da Polícia Rodoviária. Aguarda-se a indicação da referida instituição para a finalização dos pagamentos. A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	262	3.025
Custo (vide Nota Explicativa nº 20)	-	5.723
Intangível	-	1.801
Pagamento do principal.....	(211)	(10.287)
Saldo no final do exercício.....	51	262

(b) **Informações adicionais:** Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a Companhia, suas sociedades relacionadas, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS") e a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EIL"), e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias alegando nulidade do contrato de concessão e seus aditivos em decorrência de atos investigados na Operação Integração. O pleito deduzido na ação destina-se a reparação dos supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção. O MPF apresentou manifestação requerendo a observância do acordo de leniência firmado, sendo contrário ao deferimento de medida cautelar contra as lenientes. A liminar requerida pelo Estado foi indeferida em primeira e segunda instâncias. Apresentadas as defesas foi realizada audiência de conciliação sem celebração de acordo. Atualmente, aguarda-se a realização de provas e da perícia, com prazo para as partes indicarem quesitos e recurso contra a decisão que rejeitou as preliminares. Em 12 de agosto de 2019, a Companhia e suas controladoras ECS e EIL, celebraram acordo de leniência com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Integração. O Acordo foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, assim como pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, processo nº 5072227-36.2019.4.04.7000, sendo que as obrigações estabelecidas estão

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.261)	-
Impostos diferidos	(1.195)	(50.101)
Taxa efetiva.....	39,8%	50,9%

(*) Em razão da finalização do Contrato de Concessão, não foram constituídos créditos tributários sobre o prejuízo fiscal, em virtude de não haver expectativa de realização futura. c) Provisão para imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício provisão IR/CS.....	-	628
Despesa IR/CS DRE	2.261	-
Total de IR/CS pagos.....	(2.261)	(628)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	-	-

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	-	80
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	-	1
Pagamento principal.....	-	(80)
Pagamento de juros.....	-	(1)
Saldo no fim do exercício	-	-

13. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	-	1.184
Adições.....	-	275
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	-	49
Pagamento principal.....	-	(1.459)
Pagamento de juros.....	-	(49)
Saldo no fim do exercício	-	-

14. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*). Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Passivo		Resultado				
Não Circulante	Circulante	Receita de Juros sobre Mútuo	Receita sobre Debêntures Privada	Receita	Custo	Despesas
-	-	-	15.367	-	-	-
-	-	-	-	-	9.924	-
-	-	-	-	-	591	-
-	-	3.118	-	-	-	-
-	32	-	-	-	-	-
-	32	3.118	15.367	-	10.515	-
53.130	2.386	612	10.013	606	19.799	9.090

a da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no valor nominal total de R\$ 100 milhões, em parcelas de R\$ 10 milhões, com prazo de vencimento de 30 (trinta) meses, com base na variação de 100% dos juros remuneratórios de 100% do CDI over. Os juros e o principal serão pagos em parcelas semestrais, com base na variação de 100% do CDI over, em parcelas de R\$ 10 milhões, em parcelas de R\$ 10

■ continuação

face das Concessionárias em razão do entendimento de que os critérios referentes aos cálculos de depreciação e degrau de pista dupla haviam sido realizados de maneira equivocada. Com isso determinou-se a realização de estudos, pelo DER de nova base tarifária para restabelecimento da equação contratual. A Companhia interps ação judicial para anular tais decisões, ambas com sentenças proferidas favoravelmente a tese das Concessionárias. A AGEPAR opôs recurso de ambas as sentenças, acerca dos quais se aguarda julgamento. Com base nos mesmos processos administrativos de autotutela perpetrados pela AGEPAR foi apresentada denúncia, pelo Dep. Estadual Soldado Fruet junto ao TCE, contra a Companhia e demais Concessionárias do anel de integração do Paraná. Deferida liminar pelo Relator declarando inidoneidade das concessionárias e proibição de contratar com o Estado do Paraná até o julgamento do mérito, decisão atacada por recurso pelas Concessionárias. Apresentada defesa na esfera administrativa. Em 02 de março de 2022 a Coordenadoria de Gestão Estadual apresentou instrução questionando os elementos apresentados pelo denunciante, opinando pela revogação da liminar. Em decisão saneadora o Conselheiro Relator determinou a intimação das empresas que integram o Grupo Econômico das Concessionárias, em razão do encerramento de vigência dos Contratos de Concessão. Em setembro de 2022 as partes foram intimadas para apresentar todos os atos societários desde a sua constituição para viabilizar a citação dos Controladores. Em 09 de setembro de 2022 as Concessionárias apresentaram a documentação requerida. Aguarda-se a expedição das citações aos Controladores para que integrem o processo. Em 08 de novembro de 2022 foi publicada decisão do Colegiado do TCE acolhendo os recursos das concessionárias e revogando a liminar anteriormente concedida. O Colegiado do TCE entendeu que não havia fundamentos para se manter a liminar anteriormente concedida. Seguros contratados: A Companhia contratou Seguro Garantia para execução de obras do Acordo de Leniência. Em 31 de dezembro de 2022, as apólices e coberturas, são como segue:

Natureza	Início Vigência	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Construção	31/08/2022	31/08/2023	HDI Seguros	52.917
				52.917

17. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	3.097	398	3.495
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(489)	52	(437)
(-) Pagamentos	(918)	(33)	(951)
(+) Atualização monetária	886	28	914
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.576	445	3.021

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	5.308	1.856	7.164
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	370	(782)	(412)
(-) Pagamentos	(3.755)	(815)	(4.570)
(+) Atualização monetária	1.174	139	1.313
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.097	398	3.495

a) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$13.104 em 31 de dezembro de 2022 (R\$5.649 em 31 de dezembro de 2021), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. b) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de Dezembro de 2022, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$727 (R\$554 em 31 de dezembro de 2021), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão. c) Processos tributários: A principal causa possível, portanto, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ativo gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 02 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, que foi julgado parcialmente procedente pelo CARF em 18 de setembro 2019 e o acórdão publicado em 05 de dezembro de 2022 com interposição de Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais ("CSRF") em 15 de dezembro de 2022. Aguarda-se a admissibilidade do Recurso Especial e o seu posterior julgamento pela CSRF. As matérias julgadas procedentes em favor da Ecocataratas não foram objeto de Recurso Especial por parte da Fazenda Nacional e essa parte da decisão já transitou em julgado. Ainda, referente ao mesmo tema, mas dos anos calendários de 2016 a 2019, em 09 de junho de 2021 foi apresentada Impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 08 de novembro de 2021. Em 07 de dezembro de 2021 foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, pendente de julgamento. O valor correspondente as discussões, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$252.754 (R\$232.456 em 31 de dezembro de 2021).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$9.468 e em 31 de dezembro de 2021 era de R\$250.968, representado por 9.468.261 (250.968.261 em 31 de dezembro de 2021), ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 07 de julho de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou: (i) absorção de prejuízos acumulados pela reserva de capital do plano de opção com base em ações no montante de R\$748; redução do capital social pela absorção do prejuízo acumulado remanescente no montante de R\$77.415 com o cancelamento de 77.415.615 ações ordinárias, nominativas e sem valor comercial; e (ii) redução de capital de R\$172.585, com o cancelamento de 175.584.384 ações ordinárias nominativas e sem valor comercial, através da restituição a controladora do montante total. Posteriormente à redução de capital, ocorreram os aumentos de capital demonstrados abaixo:

Data	Valor Nominal	Quantidade de ações	Valor total
07/11/2022.....	R\$ 1,00 (um real)	5.000.000	5.000
02/12/2022.....	R\$ 1,00 (um real)	2.000.000	2.000
23/12/2022.....	R\$ 1,00 (um real)	1.500.000	1.500
		8.500.000	8.500

b) Reserva de lucros - legal: É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$261. c) Reserva de lucros - Orçamento de Capital: Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2022 é de R\$3.720. O referido valor constituído com base no resultado de 31 de dezembro de 2022, será referendado na Assembleia Geral Ordinária que será convocada pela administração para os primeiros quatro meses de 2023. d) Dividendos propostos: Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não foram pagos valores a títulos de dividendos e juros sobre o capital próprio, em virtude dos prejuízos apurados em exercícios anteriores. O saldo de R\$1.240 de dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses, a depender de deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária. O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos são como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	5.221	47.872
Absorção prejuízos acumulados	-	(47.872)
Constituição da reserva legal	(261)	-
Base de cálculo dos dividendos	4.960	-
Proposta da Administração:		
Reserva orçamento de capital	(3.720)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.240)	-

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
Membros Efetivos:	MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA)	Diretor Presidente - RUI JUAREZ KLEIN	
	ALBERTO LUIZ LODI	Diretor Superintendente - SILVIO CALDAS	
	RUI JUAREZ KLEIN	Contador: HUGO RAFAEL MITZ	
	RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES	CRC 1PR050369/O-4 Tº PR	

19. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	-	140.064
Pedágio por equipamento eletrônico (a).....	-	167.836
Vale-pedágio.....	-	44.161
Outras.....	-	233
	-	352.294

Receita de construção (b)	-	28.664
Receitas acessórias (c)	-	10.708
Receita bruta	-	391.666
Deduções de receita bruta	-	(31.393)
Receita líquida.....	-	360.273
	31/12/2022	31/12/2021

Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	-	352.294
Receitas acessórias	-	10.708
	-	363.002

Deduções		
Cofins (3%)	-	(10.889)
PIS (0,65%)	-	(2.359)
ISS (2% a 5%)	-	(18.045)
Abatimentos.....	-	(100)
	-	(31.393)

a) Referia-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços era reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia prestava mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida era alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos. c) As receitas acessórias referiam-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	2.190	23.262
Conservação e manutenção e outros.....	334	13.841
Serviços de terceiros (*)	2.139	42.814
Seguros	1.114	2.913
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 16)	-	5.723
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 15).....	-	(11.750)
Custo de construção de obras.....	-	28.664
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 9 e nº 10)	(237)	148.867
Locação de imóveis e máquinas	250	1.569
Outros custos e despesas operacionais.....	227	6.035
	6.017	261.938

Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	-	238.993
Despesas gerais e administrativas	6.017	22.945
	6.017	261.938

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, serviços de consultoria, assessoria e engenharia e serviços de limpeza.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	208	3.685
Juros sobre mútuo	3.118	612
Atualização monetária depósitos judiciais.....	27	12
Receita sobre debêntures privada	15.367	10.013
Outras receitas financeiras	1.316	72
	20.036	14.394

Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	-	(1)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção	-	(9.253)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas	(914)	(1.313)
Pis/Cofins s/outras receitas financeiras.....	325	(669)
Juros sobre arrendamentos.....	-	(49)
Outras despesas financeiras	(3.303)	(3.498)
	(3.892)	(14.783)

Resultado financeiro, líquido	16.144	(389)
-------------------------------------	--------	-------

22. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico por ação: O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	5.221	47.872
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	174.503	250.968
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,03	0,19

b) Lucro diluído por ação: A Companhia não possui dívida conversível em ações.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados. Índice de endividamento

	31/12/2022	31/12/2021
Dívida (a)	51	262
Caixa e equivalentes de caixa	(2.475)	(3.242)
Dívida líquida	(2.424)	(2.980)
Patrimônio líquido (b)	14.689	173.553
Índice de endividamento líquido	(0,17)	(0,02)

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 12, 13 e 16. (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais: • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas, remunerados a taxa média ponderada de 89,3% do CDI em 31 de dezembro de 2022, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (87,4% em 31 de dezembro de 2021). • Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Valor justo de ativos e passivos financeiros: Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e bancos (i).....	4	4
Aplicações financeiras (i).....	2.497	2.497
Passivos:		
Fornecedores (ii)	780	780
Obrigações com Poder Concedente (iii).....	51	51

(i) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço patrimonial. (ii) Os saldos da rubrica "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (iii) As obrigações com Poder Concedente estão registradas ao custo amortizado na data do balanço.

Gestão de riscos: A estratégia de gestão de riscos envolve cinco linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: • Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e • Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco. A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executada na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente. A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizada predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional. No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros. (i) Risco da taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas. A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco "rating" AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (R\$79 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e da TJLP, principais indicadores dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

Juros a incorrer			
Operação	Risco	Cenário I provável	Cenário II 25%
Juros sobre aplicações financeiras	Alta do CDI	207	259
			311

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI	12,40%	15,50%	18,60%

Fonte: Relatório da Consultoria LCA - Dezembro/2022.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

24. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transações que não envolvem caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso - CPC 06 (R2)	-	275

25. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consistia na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia era dentro do território brasileiro, as receitas eram provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

26. EVENTO SUBSEQUENTE

Decisão Supremo Tribunal Federal (STF): Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie no sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Administração da Companhia, realizou levantamento e análise das matérias e concluiu que as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) prolatadas nos Recursos Extraordinários 949297 (Tema 881) e 955227 (Tema 885), que relativizaram a coisa julgada, não impactam o cenário jurídico-tributário da Companhia.

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

RDC Concessões S.A.

(anteriormente denominada Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da RDC Concessões S.A. (anteriormente denominada Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas) (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RDC Concessões S.A. (anteriormente denominada Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas) em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 1, o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente finalizou em novembro de 2021 e, portanto, a Companhia não tem mais o direito de obter os benefícios econômicos futuros desta concessão. A Companhia divulgou os impactos na respectiva nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Automóveis

por Luiz Aparecido/OPARANÁ

Novo Nissan Sentra chega ao Brasil com mais espaço interno e conforto

O Novo Nissan Sentra está chegando ao mercado brasileiro para superar as expectativas dos consumidores em cada detalhe. A oitava geração do modelo traz o melhor da Nissan para surpreender os clientes com um estilo expressivo, muita tecnologia, conforto e segurança, e, claro, com a reconhecida qualidade de construção da marca japonesa.

Além do design marcante e proporções que o diferenciam no seu segmento, o Novo Nissan Sentra destaca-se pelos equipamentos de série inéditos entre os modelos com três volumes. Somente o sedã da Nissan oferece aos brasileiros itens como Visão 360° Inteligente e Detecção de Objetos em Movimento (AVM + MOD), Alerta de Tráfego Cruzado Traseiro (RCTA), Alerta Inteligente de Atenção do Motorista (I-DA), Bancos com Tecnologia Zero Gravity, Controle Dinâmico de Chassi Integrado, Partida Remota do Motor e sistema premium de som BOSE com 8 alto-falantes.

Esses equipamentos e muitos outros se integram no sedã que foi concebido para ser único, tendo três pilares em seu desenvolvimento: Nissan Emotional Geometry Design – equilíbrio entre design agressivo e elegantes, com linhas modernas com o DNA da Nissan; Premium Excitement – sedã com detalhes, acabamento e equipamentos

que entregam um padrão sofisticado e diferenciado; Nissan Intelligent Mobility – a tecnologia da marca japonesa ajuda, protege e garante uma viagem confortável e tranquila

A materialização desses pilares no novo sedã pode ser conferida pelos brasileiros nas duas versões que vão compor a linha do Novo Sentra no país: Advance e Exclusive. A primeira versão chega já nessa semana às concessionárias da Nissan em todo o país. No fim desse mês, é a vez da versão topo de linha, a Exclusive, estar disponível nas lojas da marca no Brasil.

DESIGN

Basta colocar os olhos no Novo Nissan Sentra para notar o arrojo e a expressão acentuada do seu design. Criado com base na esportividade e “musculatura” de outros sedãs da Nissan, como o Altima e o Maxima, o estilo traz fluidez com uma linha de cintura e de teto flutuante baixas, ombros largos e a assinatura de design da Nissan na grade “V-Motion”, nos faróis de LED e nas lanternas em formato bumerangue. A esportividade é reforçada com o teto solar, faróis de neblina, rodas de liga leve aro 17 diamantadas e grade inferior no para-choque traseiro.

As linhas da carroceria não contribuem apenas para dar ao Novo Nissan Sentra um dos estilos mais belos do segmento.



DIVULGAÇÃO

Elas também ajudam a reduzir o arrasto e, assim, melhorar o consumo de combustível em cerca de 10%. Para isso, designers e a engenharia chegaram a uma grade com dimensão menor, área de cobertura dos pneus do para-choque dianteiro otimizada, colunas “A” de pequenas dimensões e linhas arredondadas do capô.

Mais largo que seus concorrentes, e com 5 cm a mais que a geração anterior, o Novo Nissan Sentra ganhou um interior com muito mais espaço, oferecendo conforto acima do nível do segmento. Assim, o motorista fica em uma área confortável, de onde comanda o sedã, que tem direção elétrica com volante em forma de “D”, com base achatada, que proporciona melhor pegada das mãos e tem ajustes de altura e profundidade. Ali também estão funções de

conforto e segurança como as aletas para troca de marchas manuais (para as duas versões) e o acionamento do Piloto Automático Inteligente (ICC).

Esse sistema permite definir uma velocidade para ficar constante e, sem a necessidade de intervenção do motorista, mantém a distância do veículo da frente automaticamente. Para isso, o sistema ajusta a velocidade de acordo com as condições de tráfego proporcionando muito mais conforto e comodidade ao motorista. E é ele que configura a distância do carro da frente e a velocidade de “cruzeiro” por meio dos comandos no volante multifuncional, tendo as informações sobre sua operação exibidas no painel.

Colorido e de 7 polegadas, o painel TFT facilita a visualização das informações do computador de bordo, que tem funções de

medição de consumo médio de combustível, tempo de viagem, velocidade média, autonomia, temperatura externa, aviso de abertura das portas, quilometragem total e parcial e mensagens de alerta.

Para acomodação de objetos do dia a dia, o Novo Nissan Sentra conta com seis espaços na frente, cinco atrás e oito porta-copos (quatro na dianteira e quatro para atender o banco traseiro). Outro destaque é o compartimento no console central, embaixo do apoio de braço, com impressionantes 7,7 litros de capacidade. E um ambiente cada vez mais ligado aos equipamentos móveis: são três as entradas USB para carga de aparelhos: duas na frente (uma delas é do tipo “C”, de carga mais rápida) e uma atrás. Todas foram colocadas em posições estratégicas e fáceis de acessar.

Um dos focos da Nissan no desenvolvimento de seus automóveis é o conforto acústico da cabine. Por isso, o isolamento de som sempre recebe muita atenção da engenharia. E no Novo Nissan Sentra não seria diferente. O habitáculo tem um dos melhores níveis de isolamento de ruído externo, reduzindo a percepção pelos ocupantes de qualquer possível barulho e vibração do motor em marcha lenta e em aceleração, assim como ruídos de estrada e de vento de melhor nível.